EDITORIAL 1 ESTE PAÍS É UMA PIADA, POR **MINO CARTA**. O MESMO STJ QUE ENDOSSOU A CONDENAÇÃO DE LULA SEM PROVAS, IMPÕE AGORA AO PROMOTOR DALLAGNOL O PAGAMENTO DE UMA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AO EX-PRESIDENTE.

EDITORIAL 2 LULA, *TU QUOQUE*?, POR **SERGIO LIRIO**. EM ENTREVISTA, O EX-PRESIDENTE SE ESQUECE DO PAPEL DE *CARTACAPITAL* NA DENÚNCIA DAS MAZELAS DA LAVA JATO

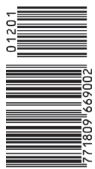
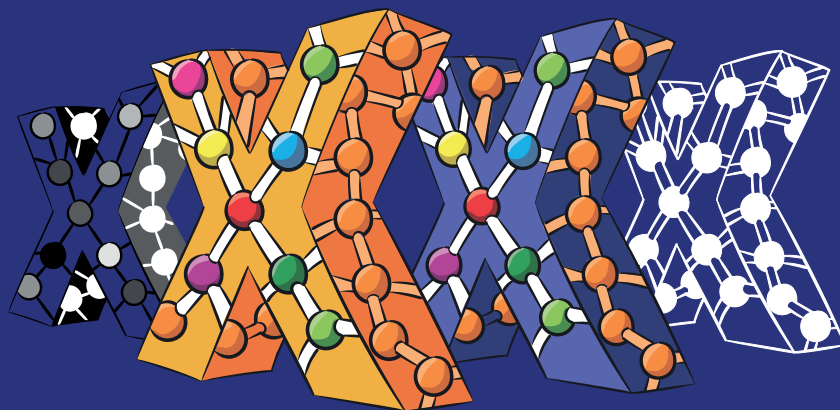
CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

QUEM QUER DINHEIRO ??????

BOLSONARO ARROMBA O COFRE NA AVENTURA INCERTA DA REELEIÇÃO. NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, A FARRA DOS PASTORES

ANO XXVII Nº 1201 R$ 24,90
30 DE MARÇO DE 2022

MOVIMENTO EM DEFESA DA CAIXA PÚBLICA,
DOS BANCÁRIOS E DO BRASIL.

Caixa Social
é Caixa Pública.
Social é ser
Pública

Os empregados e empregadas são a força motriz que protege a Caixa e permite que ela alcance todos os cantos do país. São mais de 84 mil pessoas, que seguem atuando para garantir a efetividade das políticas públicas de educação, saneamento, agricultura, moradia e sustentabilidade.

Mas, o banco público está sob ameaça de privatização e essa força precisa do apoio dos 211 milhões de brasileiros e brasileiras. Por isso, os bancários e bancárias da Caixa estão fazendo um chamamento público e pretendem envolver toda a sociedade para defender a Caixa pública e reforçar a importância do banco para todos e todas.

Junte-se ao movimento em defesa da Caixa!

CartaCapital

30 DE MARÇO DE 2022 • ANO XXVII • Nº 1201

Os ucranianos seguem sozinhos no *front*. Pág. 48

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto, Attila Kisbenedek/AFP e Evaristo Sá/AFP

ARIS MESSINIS/AFP E REDES SOCIAIS

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Ana Flávia Gussen, Cleide Sanchez Rodriguez, Fabíola Mendonça (Recife) e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VÍDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Beatriz Loss, Caio César, Camila da Silva e Natane Pedroso
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
EXECUTIVA DE NEGÓCIOS: Keisy Andrade
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
COORDENAÇÃO DE MARKETING DIGITAL: Shirley Tavares
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

EPIDEMIA DE DESPEJOS

Que o STF não permita que essa vergonha aumente ainda mais. E que os novos governadores trabalhem para acabar com a atual calamidade, pois está previsto na Constituição de 1988: o direto à moradia é princípio básico.
José Carlos Gama

AS LIÇÕES DE PUTIN

Nunca as plataformas digitais foram tão utilizadas, principalmente por políticos com interesses eleitorais. Por não respeitar a legislação vigente no País, o Telegram chegou a ter a sua atividade interrompida pelo STF. Que efeitos elas terão na próxima eleição? Quem viver verá.
José de Anchieta Nobre de Almeida

AS GUERRAS AINDA SÃO IMPORTANTES?

Perguntem aos ianques. Eles são especialistas, não sabem viver sem guerrear contra outros países. Ao menos até o dia em que o embate chegar aos EUA.
Jean Piergentili

CRIPTONITA ELEITORAL

Moro não é a versão recauchutada do presidente. Bolsonaro é a versão revisada, ampliada e piorada do ex-juiz. Não foi o ex-capitão que inventou Moro, e sim o contrário. Para conquistar a pasta da Justiça e abocanhar uma futura poltrona no STF, o ex-juiz trabalhou a cabeça do candidato.
Renata Lopes Gonzaga

MAIS UM LEGADO DO INQUISIDOR

"Não havia provas contra os réus. Foram absolvidos." Só havia a convicção de Moro e seus "terrivelmente evangélicos" procuradores de Curitiba.
Severo Santos

FIQUE EM CASA?

A conta chegou. Pandemia, crise econômica e uma ótima atuação do desgoverno. É triste ver o País desse jeito.
Paulo Maurício Silva

PERIGOSA HISTERIA

A parte mais certeira do texto é a que diz: "A guerra é horrível, mas só se tornou horrível porque brancos estão morrendo".
Marty N. Haners

Eis a arrogância dos EUA e de seus alienados aliados. Não foi só a Rússia a subestimada, mas toda a Eurásia e Ásia. A próxima briga será pela América Latina e os países do Sul da África, todos com natureza riquíssima. Mas não será uma briga bélica, e sim econômica.
Cláudia Casagrande

COMO CONHECI FERNANDO PESSOA

Fugindo também das questões da hipotética terceira guerra mundial, caro articulista, fico com o trecho do poema do grande Fernando Pessoa, *Tabacaria*: "Não sou nada/ Nunca serei nada/ Não posso querer ser nada/ À parte disso, tenho em mim todos os sonhos do mundo". Ao lado de Machado de Assis, Willian Shakespeare, Franz Kafka e Fiódor Dostoievski, Pessoa é um dos escritores que mais aprecio.
Paulo Sérgio Cordeiro dos Santos

O PRODUTO DO ESPORTE

Prezado amigo Afonsinho, se os EUA fossem punidos pelas 145 guerras e as centenas de genocídios, nunca mais participariam de eventos esportivos no mundo. Mas como vivemos no Planeta da Hipocrisia...
Orlando F. Filho

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Mino Carta
O Brasil é uma piada

Os ministros do STJ decidem indenizar Lula, e quem paga é Dallagnol. Mas foram eles que apoiaram o *PowerPoint* e tudo o mais que serviu para condenar o ex-presidente sem provas

Meu irmão, ainda pequeno, mas arguto, afirmava que os astrônomos são donos do mundo. Não me esclarecia a respeito, embora a fé dele fosse inquebrantável. Mas havia no globo, segundo ele, uma zona morta em torno da linha do Equador, onde os astrônomos não funcionavam e, portanto, perdiam completamente a possibilidade de dizer do nosso passado, do presente e do futuro. No Brasil, astrônomo não tem vez.

Eclode a informação de que o promotor Deltan Dallagnol vai ter de pagar ao ex-presidente Lula a quantia de 75 mil reais. Poderá passar ainda de 100 mil. A razão da regalia talvez corresponda à intenção de reparar danos morais. O eminente Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo, pertence à categoria dos falsos astrônomos, como, de resto, a maioria dos integrantes de um Supremo Tribunal Federal que apoiou os golpes de Estado postos em prática pelos poderes da República contra o PT eleito ao poder.

Ao leitor, a tarefa de escolher o mais velhaco

Há perguntas que imploram resposta imediata: por que o STJ, este pináculo da Justiça, não interveio logo quando Dallagnol pronunciou a célebre diatribe a respeito do *PowerPoint*? Por que o Supremo não esclareceu, alto e bom som como um editorial do *Estadão*, que toda aquela encenação era parte de uma farsa colossal urdida contra os interesses do País? Confesso a necessidade de dizer que o Brasil destes astrônomos falidos, este Brasil sonso e velhaco, não passa de uma piada cuja única serventia é a diversão do mundo.

Gostaria de recorrer a outro vocabulário. Não há, porém, alternativa para quem deseja expressar com a necessária nitidez a justa reação às burlas trágicas dos falsos astrônomos, empenhados em demonstrar uma normalidade absolutamente fajuta. A história é outra: o Brasil foi marcado inexoravelmente por uma série de golpes de Estado engendrados e levados a cabo pelos próprios poderes da República. Configura-se, desta maneira, uma situação absurda, melhor ainda, paradoxal, imposta ao País e aceita pelo povo em estrondoso silêncio.

Pretende-se uma normalidade forjada em benefício de um *status quo* destinado a confirmar que a Idade Média da casa-grande e da senzala continua, intocada, a reinar no País. •

FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR E ROBERTO JAYME/STF

Sergio Lirio

Lula, *tu quoque?*

Em entrevista, o ex-presidente se esquece do papel de *CartaCapital* na denúncia das mazelas da Lava Jato

Em seu périplo de entrevistas a emissoras de rádio, o ex-presidente Lula, líder das pesquisas e favorito nas eleições presidenciais deste ano, conversou com profissionais da Super Notícia, de Belo Horizonte. No fim do encontro, os apresentadores provocaram o petista a analisar três adversários: Jair Bolsonaro, Ciro Gomes e Sergio Moro. Bolsonaro é "um psicopata", na visão do ex-presidente, e Ciro, apesar de ser um "quadro político muito qualificado", anda "perdido".

Reproduzirei de forma menos sucinta o que Lula disse a respeito de Moro: "Nem me fale dessa pessoa, porque é uma pessoa asquerosa. É o maior mentiroso que já passou pela história do Brasil (...) Ele conseguiu enganar 100% da imprensa e 100% da política e da sociedade. Mas, como mentira não dura a vida inteira, a casa caiu".

Nada disso, Lula. Moro pode ter ludibriado o oligopólio, a imprensa que se autointitula profissional, os meios de comunicação hegemônicos, a "grande mídia", como dizem pateticamente alguns. Fica ao talante do ex-presidente escolher o termo que melhor lhe convém. Também caberia perguntar se o ex-juiz enganou, cooptou, foi cooptado ou fez uma parceria com essa turma. O verbo enganar dá o benefício da dúvida que grande parte do jornalismo brasileiro não merece. Injusto é, no entanto, o porcentual de 100%.

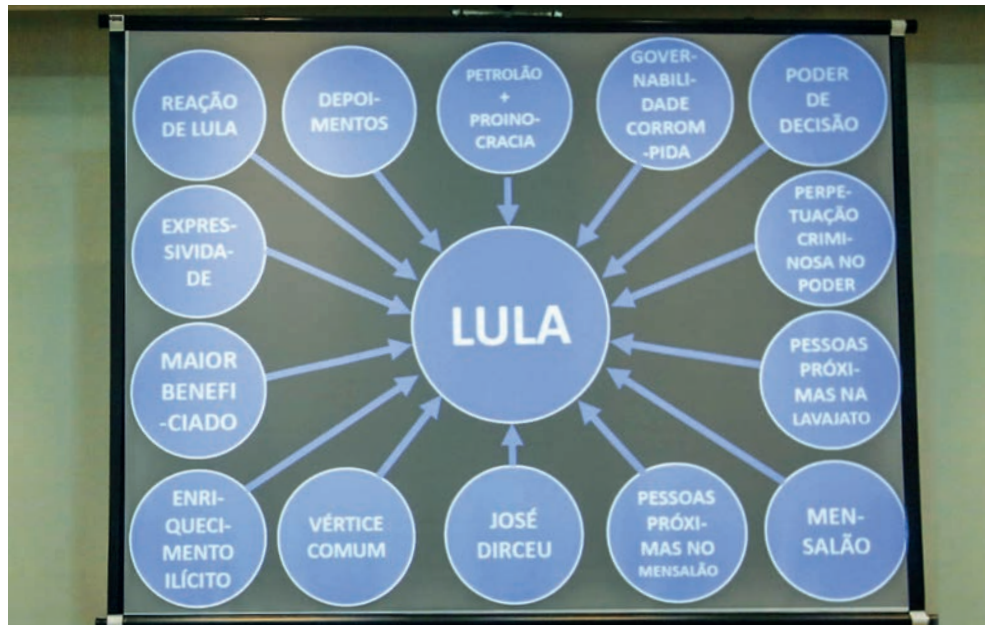
CartaCapital nunca se deixou enganar e pagou um preço, ao ser perseguida por Moro e pela República de Curitiba. Desde o início, a revista manteve a independência e recusou-se à submissão da máquina de propaganda da Lava Jato, na qual profissionais com um mínimo de espírito crítico, que se recusassem a servir de meros taquígrafos dos procuradores, eram imediatamente excluídos do circuito de distribuição das "notícias". Para ser agraciado com a boa vontade do juiz e da força-tarefa, convinha não perguntar, questionar, ponderar. Apontamos os esbirros autoritários, os abusos de poder, os atropelos legais da operação, a destruição da economia, a omissão dos poderes que poderiam ter impedido o projeto político da força-tarefa e do ex-magistrado. Sim, falamos em "projeto político" antes mesmo de ele se tornar inegável, com a nomeação de Moro ao posto de ministro da Justiça de Bolsonaro, maior beneficiado pela prisão de Lula e pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, e pela posterior pré-candidatura à Presidência. Apontamos o conluio do juiz que deveria se portar de maneira imparcial com os procuradores da República. Buscamos informações a respeito da influência dos Estados Unidos, denunciamos o uso de procedimentos ilegais, entre eles grampos na cela de suspeitos, prisões por tempo indeterminado e a evocação de processos fora da jurisdição do Paraná. E o fizemos quando a Lava Jato era inquestionável, unanimidade nacional, antes de o *hacker* de Araraquara ter cedido a Glenn Greenwald e ao Intercept Brasil as conversas via Telegram que expuseram as entranhas da operação e não deixaram pedra sobre pedra. A sequência de capas reproduzida neste espaço ilustra a coragem do nosso jornalismo.

De fato, Lula, muita gente, na imprensa, na Justiça e na sociedade, se enganou, se deixou enganar, virou o rosto, se escondeu, emudeceu, fez de conta, aplaudiu, se beneficiou. Não foi o caso de *CartaCapital*. •

Leia antes que aconteça, dizia um velho *slogan* de *CartaCapital*. Atualíssimo, como se vê

A Semana

Gesto de grandeza

Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e colunista de *CartaCapital*, desistiu de concorrer ao governo de São Paulo e vai disputar uma vaga na Câmara dos Deputados pelo PSOL. Em entrevista ao programa *Direto da Redação*, em nosso canal no YouTube, ele enfatizou a necessidade de reforçar a base progressista no Congresso e lamentou não ter sido possível construir uma unidade em torno de seu nome na disputa pelo Palácio dos Bandeirantes. "Não vou ter uma candidatura que cumpra o papel de dividir a esquerda num momento tão grave como este."

Lava Jato/ O *showzinho* ficou barato

Dallagnol é condenado a pagar 75 mil reais a Lula. A defesa pedia 1 milhão

"Tá ficando *show*", gabou-se o procurador Deltan Dallagnol, então chefe da força-tarefa da Lava Jato, ao discutir com colegas os detalhes da apresentação em *PowerPoint* que faria à mídia para explicar a denúncia contra Lula no caso do tríplex. A mensagem pelo Telegram figura no extenso material apreendido pela Polícia Federal com os *hackers* de Araraquara, que sequestraram dados dos celulares do ex-juiz Sergio Moro e de procuradores da "República de Curitiba".

Conforme havia antecipado aos subordinados no dia anterior, Dallagnol promoveu um verdadeiro espetáculo em 14 de setembro de 2016. Diante das câmeras de tevê, apontou Lula como o "comandante máximo" do esquema de corrupção na Petrobras, usando como artifício retórico um *slide* no qual o nome do ex-presidente figurava no centro da tela, sendo torpedeado por setas com as ilações e "convicções" do Tribunal do Santo Ofício paranaense. Passados cinco anos e meio, o procurador foi condenado a pagar 75 mil reais de indenização ao ex-presidente pelos ataques à sua reputação durante a inusual e patética entrevista coletiva. Saiu barato, a defesa pedia 1 milhão.

A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça. Por 4 votos a 1, os integrantes do colegiado entenderam que o procurador abusou de "expressões e qualificações desabonadoras da honra", como resumiu o relator do caso, ministro Luís Felipe Salomão. À época, Dallagnol apresentou Lula como "o grande general" e mentor do que chamou de "propinocracia". Com a correção do valor da indenização, fixado para a data da entrevista, o procurador pode ter de pagar mais de 100 mil reais ao ex-presidente, mas ainda cabe recurso dentro da própria Corte.

O caso expõe, ainda, o corporativismo entranhado no Conselho Nacional do Ministério Público, o CNMP. Após adiar 41 vezes o julgamento da reclamação interposta pela defesa de Lula, o órgão de correição deixou prescrever o prazo para instaurar um procedimento disciplinar contra Dallagnol e arquivou o caso em agosto de 2020.

Igreja Católica/ A reforma de Francisco

Leigos e mulheres são autorizados a chefiar departamentos do Vaticano

O papa Francisco promulgou, no sábado 19, uma nova Constituição que reestrutura a administração do Vaticano, introduzindo mais transparência financeira e abrindo espaço para mulheres e leigos. O novo texto, que entrará em vigor em 5 de junho, reforma a Cúria Romana e substituirá a *Pastor Bonus* promulgada em 1988 por João Paulo II.

Entre as principais inovações figura a previsão de que todo católico batizado pode chefiar departamentos no Vaticano, incluindo mulheres e pessoas de fora do clero. Até agora, a maioria dos departamentos do Vaticano foi chefiada por sacerdotes do sexo masculino, geralmente cardeais.

Ao esclarecer a mudança, Francisco enfatizou que todo cristão é um missionário. "Não se pode deixar de levar isso em conta na atualização da Cúria, cuja reforma deve garantir a participação de leigos e mulheres, inclusive em funções governamentais e de responsabilidade", disse.

"Todo cristão é também um missionário", afirma o papa

A *Praedicate Evangelium* (*Pregar o Evangelho*), publicada no nono aniversário do pontificado de Francisco, também inclui a Comissão do Vaticano para a Proteção de Menores, um órgão consultivo do papa, ao dicastério que supervisiona as investigações de casos de abuso sexual do clero. Para o cardeal Sean O'Malley, que preside o colegiado, trata-se de um "avanço significativo" que dará peso institucional à luta das vítimas.

Assédio autoritário

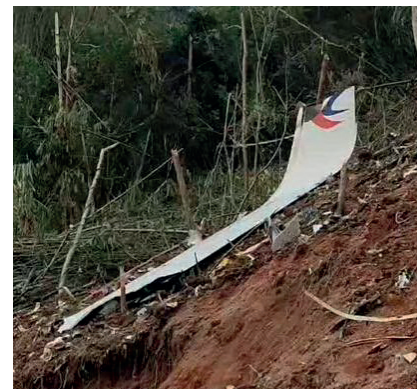
A antropóloga brasileira Rosana Pinheiro Machado foi laureada pelo European Research Council, da União Europeia, com um financiamento de 2 milhões de euros (cerca de 11 milhões de reais) para desenvolver uma pesquisa sobre governos autoritários. Trata-se de uma das bolsas mais prestigiadas do mundo acadêmico, não apenas pelo valor monetário. De 2007 a 2021, nove pesquisadores apoiados pelo centro europeu ganharam o Prêmio Nobel. O estudo começa em maio e deve estender-se por cinco anos. A pesquisadora da Universidade de Bath, no Reino Unido, pretende analisar como governos populistas e autoritários recrutam apoiadores por meio de mensagens sobre empreendedorismo, com foco nos trabalhadores precarizados da economia digital, como os motoristas de aplicativo.

Aviação/ TRAGÉDIA NAS MONTANHAS

ACIDENTE AÉREO MATA 123 PASSAGEIROS E 9 TRIPULANTES NA CHINA

Na segunda-feira 21, um avião da China Eastern Airlines com 123 passageiros e 9 tripulantes caiu em uma região montanhosa ao sul do país asiático, sem deixar sobreviventes. De acordo com a Administração de Aviação Civil da China, a aeronave havia partido da cidade de Kunming com destino a Guangzhou. O piloto perdeu contato com os controladores de voo enquanto sobrevoava a cidade de Wuzhou. Na queda, o avião ficou completamente desintegrado e provocou um incêndio florestal.

O avião era um Boeing 737-800 com seis anos de fabricação. Registros climáticos apontam que havia nebulosidade no trajeto percorrido, mas não a ponto de prejudicar a visibilidade. O desastre chamou atenção de especialistas. Acidentes durante a fase de cruzeiro são relativamente raros, embora essa etapa represente a maior parte do tempo de voo.

De acordo com um relatório publicado pela Boeing no ano passado, apenas 13% dos acidentes com vítimas em voos comerciais de todo o mundo aconteceram durante a fase de cruzeiro, enquanto 28% ocorreram na aproximação final e 26%, no pouso. O estudo inclui dados de 2011 a 2020.

O avião estava em voo de cruzeiro no momento da queda

REDES SOCIAIS E M.MAZUR/CATHOLIC CHURCH ENGLAND

PELO RALO

BOLSONARO ABRE OS COFRES NA BUSCA SÔFREGA PELA REELEIÇÃO. O EFEITO TENDE A SER NULO

por ANA FLÁVIA GUSSEN

Nunca antes na história deste País, diria Lula, um presidente da República usou com tamanho despudor e de forma tão escancarada a máquina pública em favor de um projeto pessoal de poder. A reeleição, sabem até os paralelepípedos da Esplanada dos Ministérios, é mais do que uma obsessão de Jair Bolsonaro, manifestada desde o primeiro dia de mandato. É uma questão de sobrevivência. Alvo de inúmeros processos e investigações – o último, uma ação de improbidade proposta pelo Ministério Público por conta da contratação irregular da funcionária "Wal do Açaí" na época de deputado federal -, Bolsonaro precisa garantir o foro privilegiado para si e para os filhos, igualmente enrolados na Justiça. Não há limites para alcançar o objetivo. Entre canetadas, projetos enviados ao Congresso e promessas, o Palácio do Planalto decidiu torrar cerca de 300 bilhões de reais para turbinar a popularidade claudicante do ex-capitão, mantê-lo no páreo e, quiçá, em uma hipótese hoje pouco provável, garantir outros quatro anos na cadeira mais importante de Brasília.

O recente pacote de bondades eleitorais leva o nome de "Programa Renda e Oportunidade" e promete injetar 165 bilhões de reais na economia até o fim do ano. Em forma de Medida Provisória, as iniciativas começam a valer imediatamente e se prolongam por no mínimo 120 dias, caso o Congresso, no fim das contas, opte por derrubar o despacho do Executivo. Em tese, a situação de penúria da população, esmagada entre a inflação em alta e a

A INFLAÇÃO EM ALTA, A RENDA EM QUEDA E A FALTA DE EMPREGO CORROEM O PACOTE DE BONDADES

Bolsonaro descobre repentinamente uma paixão pelos indígenas. Guedes foi reduzido ao papel de ministro decorativo

WASHINGTON COSTA/ME E CLAUBER CLÉBER CAETANO/PR

renda em declínio, justifica a urgência da MP. O pacote inclui a liberação do saque de até mil reais do Fundo de Garantia, o adiantamento do 13º salário de 30 milhões de aposentados e a expansão das margens do crédito consignado e do microcrédito.

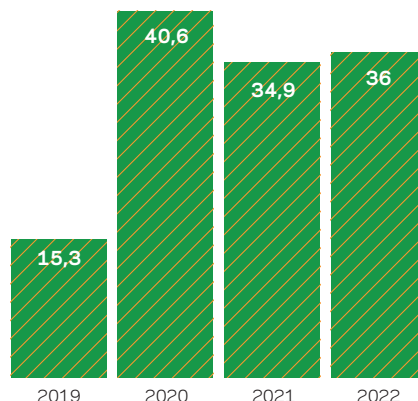
O que ninguém sabe dizer com precisão, nem no Planalto nem na planície, é se a enorme generosidade de Bolsonaro com o "meu, o seu, o nosso" dinheiro será capaz de mudar o cenário eleitoral a seu favor ou se servirá apenas para piorar a situação degradante da gestão fiscal e da completa falta de rumo do governo federal. As pesquisas de opinião têm captado um cenário de estagnação do ocupante do Palácio do Planalto. O ex-capitão parou de cair e, em muitos levantamentos, registra uma leve melhora, na margem de erro. Há algumas hipóteses para o fenômeno: seria o retorno dos eleitores que, por um breve período, acreditaram na malfadada candidatura do ex-juiz Sergio Moro, o Bolsonaro recauchutado, e agora se dão conta de não haver alternativa nessa seara além do modelo original? As enquetes por telefone, por se concentrarem em estratos de maior renda, provocam uma distorção nos resultados favorável ao candidato à reeleição? Ou há um ganho real derivado do Auxílio Brasil e de outros benefícios anunciados?

Especialistas em diversas áreas ouvidos por *CartaCapital* não acreditam em

O Auxílio Brasil é limitado e tem data para acabar. A redução do IPI não compensa a inflação

um impacto decisivo e profundo das medidas na disputa presidencial. A injeção de dinheiro, dizem, será feita com recursos dos próprios trabalhadores, a exemplo do FGTS, e tende a incentivar o endividamento dos brasileiros no momento de elevação dos juros e persistência da inflação. No caso do fundo de garantia, 80% dos 40 milhões de beneficiados têm saldo médio de 175 reais, insuficiente para tirar as famílias do sufoco. Quanto ao crédito consignado, cujo limite passa de 35% para 40% da renda do tomador de empréstimo, tende a se tornar uma armadilha no médio prazo. O governo estima que 50 milhões de brasileiros, entre pensionistas, inscritos no Benefício de Prestação Continuada e no Auxílio Brasil, poderiam ampliar em 77 bilhões de reais o total dos financiamentos via consignado. "O porcentual é alto para uma população que recebe benefícios que sequer são permanentes. O Auxílio Brasil pode ser suspenso ou o beneficiário pode sair do programa", diz a ex-ministra Tereza Campello, que por anos gerenciou o Bolsa Família. "O valor do auxílio nem cobre a cesta básica, então usar 40% para endividamento coloca a segurança alimentar em risco".

Outra medida anunciada é o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores (SIM Digital), destinado a 4,5 milhões de pequenos negócios

FARRA COM O CENTRÃO
Evolução das emendas parlamentares, em bilhões de reais

Fontes: Ministério da Economia, pesquisa de Sérgio Praça, da Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV/CPDOC), e Karine Belarmino, da Universidade de Minnesota, *site* gov.br.

e abastecido com o Fundo Garantidor de Microfinanças da Caixa, que receberá um aporte de 3 bilhões de reais do FGTS. Em resumo: em vez de criar um fundo garantidor com recursos da União, o FGM usará dinheiro do próprio trabalhador, que bancará riscos, inclusive de inadimplência. "O impacto econômico vai ser menor do que o governo imagina por conta da alta da inflação e do aumento da taxa de juros. Terá um efeito relativamente modesto, até porque os valores individuais são pequenos e temos uma população superendividada. Parte dos usuários vai tentar pagar dívidas", acredita o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, consultor editorial desta revista. O nível de endividamento médio das famílias no ano passado chegou a 70,9%, segundo levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A precarização do trabalho e a redução na renda do trabalhador, lembra Belluzzo, também tendem a limitar os efeitos dessa expansão da oferta de crédito.

Em termos de resultados eleitorais, as notícias também são pouco animadoras para Bolsonaro. "O impacto tende a ser pontual. Como não podemos prever, pegamos como exemplo o efeito de 2020 do

auxílio emergencial, não na intenção de voto de Bolsonaro, mas na aprovação do governo", compara Marcos Coimbra, diretor do instituto de pesquisa Vox Populi. "Apesar da montanha de dinheiro que o auxílio emergencial despejou em poucos meses na economia, a melhora da popularidade do capitão foi pequena e passageira". No melhor momento, lembra Coimbra, Bolsonaro passou de 32% para 37% de aprovação em uma pesquisa do Datafolha, mas o porcentual voltou a recuar quando o valor do auxílio baixou de 600 para 200 reais ao mês.

Parlamentares do campo progressista apoiam parte das medidas, uma vez que a situação dos brasileiros é gravíssima: 55,2% dos lares, mostra uma pesquisa da Rede Penssan, são assombrados pela insegurança alimentar. "Sobre especificamente o adiantamento do 13° salário, sou favorável, devido à situação das famílias. Mas esse pacote não trata de medidas estruturais contra essa política econômica do governo de arrocho que levou o trabalhador a essas duras condições", afirma o deputado Glauber Braga, do PSOL, integrante da Comissão Mista de Orçamento. Braga defende o perdão das dívidas das famílias em situação de pobreza, em substituição à liberação do FGTS, que, no fim, vai engordar o lucro dos bancos, e um programa de transferência de renda que alcance 40 milhões de famílias ou mais, mais do dobro da parcela das 18 milhões agraciadas com o Auxílio Brasil, o substituto pouco transparente e datado do Bolsa Família. "Querem inventar um novo Plano Real para virar o jogo, como na época do Fernando Henrique Cardoso. Mas se trata de um pacote muito limitado, importante para quem está em situação de extrema pobreza, mas um dinheiro que era dos usuários", diz Carlos Zarattini, deputado do PT de São Paulo.

Com péssimo desempenho entre os jovens brasileiros, outra medida tomada pelo candidato foi o perdão de R$ 38 bilhões em parte das dívidas do Fies e que deve impactar 1,2 milhão de estudantes com mensalidades atrasadas. O objetivo é tentar reduzir o desgaste entre o eleitorado mais jovem que terá o perdão financeiro a partir de março. Após três anos de paralisia, Bolsonaro anunciou a retomada do Casa Verde e Amarela, que substituiu o Minha Casa, Minha Vida. A ideia é contratar até 2.450 unidades para famílias que recebem até R$ 2 mil e entregá-las, de acordo com ele, em 2023. Durante três anos o programa, lançado em 2020, ficou apenas a reboque de terminar outras obras e conceder financiamentos.

O "pacote reeleição" só foi possível por causa da aprovação no apagar das luzes de 2021 da PEC dos Precatórios, que liberou o calote em dívidas da União transitadas em julgado. Classificada como a "maior contabilidade criativa de que se tem notícia" por Felipe Salto, diretor da Instituição Fiscal Independente, para não falar em pedaladas fiscais, aquele "pecado" que só serviu para levar à fogueira a presidenta Dilma Rousseff e mais ninguém, a PEC abriu uma margem de 95 bilhões de reais em gastos extras em pleno ano eleitoral. A primeira mudança se deu no fator de correção do teto de gastos (47 bilhões de reais a mais). Antes, quando a proposta de Orçamento era enviada ao Congresso em agosto, o Executivo se baseava na inflação acumulada dos 12 meses anteriores, entre julho e junho. Agora, está autorizado a usar a projeção da inflação entre janeiro e dezembro, o que abre espaço pa-

A POPULARIDADE DE BOLSONARO PAROU DE CAIR, MAS NADA INDICA UMA RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA DA IMAGEM

GASTANÇA ELEITORAL

Despesas previstas em medidas provisórias, projetos de lei e iniciativas anunciadas pelo governo federal em reais (2022)

165 bilhões
para o programa Renda e Oportunidade

89 bilhões
para o Auxílio Brasil

38 bilhões
no perdão do Fies

3,8 bilhões
para aumentar o piso dos professores (verba dos estados)

1,9 bilhão
em isenção do IPI

1,9 bilhão
para o Vale Gás

740 milhões
para o Casa Verde e Amarela (parado desde 2018)

66,9 bilhões
é o tamanho do rombo orçamentário

VOLSWAGEN DO BRASIL E MAURO PIMENTEL/AFP

Os alunos do Fies terão "perdão" da dívida. O Casa Verde e Amarela praticamente só existe no papel

ra a ampliação dos gastos. Outra alteração (outros 45 bilhões) foi a flexibilização no pagamento das dívidas, transformadas em "herança maldita" para o próximo presidente. O prazo limite de pagamento passou a ser 2026.

Tudo por uma boa causa? Sim, ao menos na perspectiva dos partidos do Centrão. "A PEC dos Precatórios foi anunciada como uma medida para autorizar o pagamento do Auxílio Brasil, mas boa parte serviu para engrossar as emendas do relator", lembra Zarattini. O chamado "orçamento secreto" consolidou o poder de Arthur Lira, presidente da Câmara, e aliados e tem o imensurável potencial de se converter em escândalos de corrupção no futuro próximo. Se em 2019 foram 19,5 bilhões de reais em emendas, sem as escolhas do relator, em 2022, segundo previsão orçamentária, serão 36 bilhões, dos quais 17 bilhões serão definidos de forma arbitrária pelos caciques. Segundo informação do jornal *O Globo*, Lira teria suspendido o pagamento das emendas durante a janela partidária, período autorizado à troca de legendas e que se encerra em 31 de março, como uma forma de atrair nomes para a base governista e fechar a torneira a futuros opositores. Coincidência ou não, as agremiações do Centrão foram aquelas que mais engordaram as bancadas nesse período. O PL, partido de Bolsonaro, tornou-se o maior da Câmara. Subiu de 42 para 63 deputados. O PP de Lira, outro sustentáculo do governo, teve um saldo positivo de oito novos integrantes até este momento.

Enquanto dá com uma mão, o governo tira com a outra. Em tese, sempre em tese, para manter o teto de gasto – como se ele não tivesse vindo abaixo faz tempo -, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou um bloqueio adicional do orçamento de 1,7 bilhão de reais. A restrição vai impedir ou ao menos adiar o aumento de salário prometido por Bolsonaro a policiais federais e rodoviários. Consta que a "equipe econômica" chegou a cogitar o bloqueio de 9 bilhões de reais, mas não teria resistido aos sedutores argumentos da base aliada. Lembre-se: recentemente Bolsonaro entregou nas mãos de Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil e preposto do Centrão no Palácio do Planalto, a chave do cofre. Foi-se o último fiapo de autoridade de Guedes, reduzido a animador de auditório e peça decorativa.

O tiro da reeleição pode, no entanto, sair pela culatra. O aumento de gastos tende a gerar mais inflação, avalia o diretor-geral do Contas Abertas, Gil Castelo

O CENTRÃO, NO CONTROLE DO ORÇAMENTO, NÃO TEM DO QUE RECLAMAR. E TOME EMENDAS

Branco: "O governo não reduz um centavo nas suas despesas. Ao contrário, furou o teto de gastos e cria medidas, ainda que os recursos não sejam todos orçamentários, que não colaboram". Segundo Salto, em entrevista à Rádio Senado, o programa escancara a bipolaridade do governo. Com a guerra da Rússia e Ucrânia, segundo relatório do IFI, o cenário de deterioração das contas pública é inevitável. De acordo com o relatório, o déficit primário subirá velozmente, mas sem ultrapassar a meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que permite um rombo de até 170,5 bilhões. "Considerando-se as medidas que estão em vigor e aquelas que estão em tramitação, mas aprovadas em ao menos uma casa do Congresso, o déficit primário previsto no Orçamento deve aumentar de 76,2 bilhões para 108,1 bilhões de reais", estima o estudo. A redução do IPI, cujo impacto na baixa dos preços de produtos industrializados será quase imperceptível, vai custar 16,2 bilhões de reais até dezembro aos cofres da União, estados e municípios.

Nesse meio-tempo, o brasileiro sofre com a explosão do valor dos combustíveis, que se reflete em praticamente todas as cadeias produtivas. Péssima notícia para o ex-capitão. Segundo a pesquisa BTG/FSB, 29% dos brasileiros acreditam que Bolsonaro é responsável pela alta da gasolina e do diesel, enquanto 22% culpam a política da Petrobras. Vice-presidente na Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos, do PSD, não poupa o ocupante do Palácio do Planalto. "Fica cada vez mais claro que o presidente faz jogo de cena. Há interesses que precisam ser investigados. O que nós dissemos é que o problema do preço não são os impostos. Todos os tributos que incidem sobre o preço do combustível são porcentuais, só aumentam se aumentar com o preço principal. Não adianta querer politizar questão matemática", criticou.

Não há pacote de bondades, não há dinheiro jogado pela janela, que dê conta de tanta lambança. •

VIKTOR BRAGA/UFC E ADALBERTO MARQUES/MDR

A ESCOLA CHACRINHA

Em Brasília, a regra é confundir, não explicar

Uma página no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social cujo conteúdo é disseminado em redes sociais e aplicativos de mensagens desinforma sobre o programa Auxílio Brasil. O conteúdo traz o seguinte comparativo: 7,9 bilhões de reais injetados na economia contra 2,5 bilhões da gestão anterior (2018) e 18 milhões de famílias beneficiadas contra 14 milhões do governo anterior.

Primeiro, a propaganda compara o Bolsa Família com o novo benefício, que sequer existia em 2018 e possui outros critérios e valores de distribuição. Segundo: o governo Bolsonaro esconde dados dos três primeiros anos de seu governo, quando o número de famílias ficou abaixo do total atendido pela administração de Michel Temer. Em fevereiro de 2018, foram 14,1 milhões de famílias atendidas, no governo Bolsonaro foram 13,9 milhões em 2019, 13,2 milhões em 2020 e 14,2 milhões em 2021. "Nesse período ele cortou um milhão de beneficiários e sucateou o Cadastro Único e a Assistência Social", lembra a ex-ministra Tereza Campello.

Bolsonaro ainda tenta esconder o sucateamento do novo "Auxílio Brasil" que, inclusive, tem data para acabar: dezembro de 2022. No ano passado, 90 milhões de brasileiros foram beneficiados pelo Bolsa Família ou pelo auxílio emergencial. Em fevereiro último, o governo substituiu o Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, cortou o repasse emergencial e reduziu para 18 milhões de lares e 43 milhões de beneficiários os contemplados pelo novo programa. Dessa forma, 47,8 milhões de necessitados deixaram de receber apoio público, cortados sem qualquer critério, segundo Campello.

O esforço de Bolsonaro para apagar a memória do Bolsa Família e assumir o papel de "pai dos pobres" não deu resultado até agora. Segundo pesquisa BTG/FSB, 19% dos brasileiros recebem ou conhecem alguém que recebe o benefício. Do total, 59% votariam em Lula e 17% em Jair Bolsonaro. A maior parte dos beneficiários mora na região Nordeste (7,1 milhões de famílias). A Bahia lidera o *ranking*, com 1,8 milhão de beneficiários. Logo depois vem São Paulo, com 1,6 milhão, Pernambuco, com 1,18 milhão, Minas Gerais (1,12 milhão), Ceará (1 milhão) e Rio de Janeiro (967 mil). O Sudeste agrega 3,9 milhões de beneficiários, o Norte soma 1,7 milhão, o Sul, 935 mil e o Centro-Oeste, 698 mil, segundo dados do Ministério da Cidadania.

O *site* do Ministério do Desenvolvimento Social distorce os fatos

BEZERRO DE OURO

COM O AVAL DE BOLSONARO, COMO SUGERE O ÁUDIO VAZADO DO MINISTRO MILTON RIBEIRO, DOIS PASTORES CRIARAM UM BALCÃO DE NEGÓCIOS NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

por RODRIGO MARTINS

Em uma recente reunião no Ministério da Educação, Milton Ribeiro esclareceu a prefeitos e gestores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação qual o critério adotado na liberação de verbas, em um cenário de restrição orçamentária e sucessivos cortes. "A minha prioridade é atender, primeiro, os municípios que mais precisam e, em segundo, atender todos os que são amigos do pastor Gilmar", explicou o ministro, candidamente, acrescentando que a mediação do líder religioso foi um "pedido especial" feito pelo presidente.

O áudio da conversa foi revelado pela *Folha de S.Paulo* na terça-feira 22. Reverendo presbiteriano, Ribeiro referia-se ao também pastor Gilmar Silva dos Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil. No encontro, estava presente Arilton Moura, assessor de Assuntos Políticos da entidade. Mas o ministro sabe respeitar hierarquia. "Não tem nada com o Arilton, é tudo com o Gilmar", acrescentou, aos risos.

Mesmo sem experiência na administração pública nem histórico na área de educação, Santos e Moura montaram um gabinete paralelo no MEC. Com trânsito livre na Esplanada dos Ministérios, eles viajam de carona em voos da FAB, possuem interlocução direta com Bolsonaro e abrem as portas do gabinete de Ribeiro para prefeitos e empresários. Nos últimos 15 meses, a dupla participou de ao menos 22 agendas no MEC, 19 delas com o ministro. Nos registros de compromissos do presidente, dois dos encontros aconteceram em 2019, na presença de outras lideranças evangélicas. No ano seguinte, Bolsonaro voltou a receber o pastor Santos em seu gabinete. Desta vez, para uma audiência a sós.

O PASTOR ARILTON MOURA PEDIU 1 QUILO DE OURO PARA LIBERAR RECURSOS DO MEC, DENUNCIA PREFEITO MARANHENSE

Tivesse a história se encerrado por aqui, poderíamos dizer que a movimentação dos pastores se resume a um caso clássico de tráfico de influência. Os líderes religiosos atuam como lobistas, valendo-se do prestígio que possuem com autoridades do governo federal. Há, porém, mais sujeira debaixo dos tapetes palacianos. Na quarta-feira 23, o tucano Gilberto Braga, prefeito do município maranhense de Luís Domingues, denunciou ao jornal *O Estado de S. Paulo* que Moura cobrou 15 mil reais antecipados só para protocolar as demandas da cidade no MEC. Para empenhar os recursos, a fatura era maior, bem maior... "Ele disse: 'Traz 1 quilo de ouro para mim'. Fiquei calado. Não disse nem que sim nem que não", afirmou Braga, acrescentando que não aceitou a proposta.

O pedido de propina ocorreu, segundo o denunciante, em abril do ano passado, durante um almoço no restaurante Tia Zélia, em Brasília. Braga havia acabado de sair de uma reunião com o ministro, fora da agenda oficial, quando recebeu a proposta do pastor, responsável pelo agendamento da audiência informal com Ribeiro. Um vídeo publicado pela assessoria de Braga no Instagram comprova que ele esteve em Brasília em abril de 2021. "O prefeito Gilberto Braga está neste momento na reunião dos prefeitos maranhenses com o ministro da Educação, Milton Ribeiro, senador Roberto Rocha e a equipe do MEC", dizia a postagem.

O prefeito de Luís Domingues reivindicava a liberação de uma verba da ordem de 10 milhões de reais para a sua cidade. Foi em razão do elevado

Segundo Ribeiro, é o pastor Gilmar Santos quem define a liberação de verbas na pasta

LUIS FORTES/MEC

valor a ser empenhado pelo MEC que, segundo o denunciante, Moura solicitou o pagamento da propina em ouro. Na atual cotação, o quilo do metal precioso vale mais de 300 mil reais. "O negócio estava tão normal lá que ele não pediu segredo, ele falou no meio de todo mundo. Inclusive, havia outros prefeitos do Pará", relatou Braga. "Ele disse: 'Olha, para esse daqui eu já mandei tantos milhões, para o outro, tantos milhões'."

A partir de então, diversos outros gestores vieram a público relatar pedidos semelhantes. Ao jornal *O Globo*, o prefeito de Bonfinópolis, Kelton Pinheiro, disse que Moura pediu 15 mil reais para ajudá-lo a conseguir uma escola para o município goiano. "No Brasil, as coisas funcionam assim", teria dito. Pouco depois, o pastor lobista sugeriu que ele comprasse bíblias para distribuir na cidade. "Seria uma venda casada. Eu teria que comprar essas bíblias, porque ele estava em campanha para arrecadar dinheiro para construir uma igreja", conta Pinheiro. Para outro prefeito, Moura teria pedido uma doação de 40 mil reais a uma igreja em troca da liberação de verbas para uma escola profissionalizante. "Ele disse: 'Uma mão lava a outra, né?'", relembra José Manuel de Souza, prefeito de Boa Esperança do Sul, no interior paulista. Ambos os gestores dizem ter recusado as propostas.

Após a revelação do áudio, Ribeiro cancelou uma agenda em São Paulo e divulgou nota para minimizar a atuação de Bolsonaro no caso. "Não há nenhuma possibilidade de o ministro determinar alocação de recursos para favorecer ou desfavorecer qualquer município", diz o texto. "Registro ainda que o presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém." Não convenceu. Até mesmo a bancada evangélica tem cobrado respostas mais confiáveis e lideranças cogitam pedir a cabeça do ministro. Algumas, por constrangimento. Outras, por ciúmes de ver dois desconhecidos pastores tão prestigiados no Planalto. Depois, Ribeiro tentou remendar a história. Disse ter denunciado os lobistas à Controladoria Geral da União, mas manteve contato com a dupla para não levantar suspeitas da investigação em andamento. Acredite quem tem fé.

O escândalo levou a oposição a cobrar da Procuradoria-Geral da República uma investigação sobre o balcão de negócios no MEC. "A troco de que esses dois pastores, que não têm cargo no governo federal e não ocupam função pública, estariam legitimados pelo presidente Bolsonaro como interlocutores de prefeitos junto ao gabinete do ministro da Educação, que também é chefiado por um pastor?", pergunta a deputada Sâmia Bomfim, líder da bancada do PSOL, um dos partidos que acionou o Ministério Público Federal. Desta vez, o procurador-geral não teve como segurar a barra do governo. Solicitou autorização ao Supremo Tribunal Federal para investigar o ministro Ribeiro por corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa. •

MARCELO FREIXO

Jovens, voltem a sonhar

▶ O governo Bolsonaro deixa como legado a desesperança na juventude brasileira

A desesperança talvez seja o pior legado destes quatro anos de governo Bolsonaro, atrás apenas das mais de 650 mil mortes provocadas por uma pandemia que aqui foi estimulada pelo despreparo, pela negligência e pela incompetência daquela que é, disparadamente, a pior gestão desde o fim da ditadura. Quando falo em desesperança, me baseio na tristeza sentida ao ver os últimos dados do Tribunal Superior Eleitoral, a apontar a menor participação da nossa história entre os jovens com idade entre 16 e 18 anos aptos a escolher nas urnas o destino do nosso país.

De acordo com o TSE, até o fim de janeiro, apenas 731 mil brasileiros desta faixa etária haviam tirado o título. Trata-se de apenas 10% do total de jovens que poderiam ir às urnas em outubro. Menos de um quarto do total de votantes de 33 anos atrás, após conquistarmos esse direito na Assembleia Constituinte.

Para a minha geração, que acompanhou de perto a conquista e a festa dos jovens votando pela primeira vez em um presidente após o golpe, chega a doer o coração. Mas não chega a causar espanto. Parte do próprio presidente Bolsonaro o estímulo ao desinteresse pela política, direta ou indiretamente.

Em 2019, no início deste desgoverno, Bolsonaro afirmou categoricamente: "Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas". O resultado está aí. Como todos sabemos, há três coisas na vida que não voltam atrás: a flecha lançada, a palavra falada e a oportunidade perdida. E esta foi apenas uma das muitas oportunidades que Bolsonaro perdeu de ficar quieto.

Se a gente chegar em qualquer país minimamente civilizado e contar que no Brasil o presidente desestimula pública e continuamente a participação política da população, sobretudo dos mais jovens, vão achar que é piada. E realmente parece piada. De muito mau gosto. Mas está longe de ser. O desprezo pelo exercício da cidadania, infelizmente, é uma política de Estado com dano ao País a curto, médio e longo prazo. E que me faz voltar aos anos 1980.

Tudo isso me faz lembrar quando eu tinha 16 anos. Naquela época, eu não tinha direito a voto. Nem eu nem ninguém, pois estávamos na ditadura. Os tempos eram muito difíceis, mas ainda com todas as dificuldades a gente tinha algo que não vemos mais hoje em dia: a esperança num futuro melhor. O sonho do meu pai, o saudoso Seu Aroudo, inspetor de escola que só sabia assinar o nome, era proporcionar um mundo melhor aos três filhos. O dele e o de todos os outros pais e mães da minha geração. A gente via nos olhos deles a certeza de que a vida poderia melhorar para os brasileiros em uma ou duas décadas, de preferência com o fim da ditadura. E melhorou!

Mas até isso o Bolsonaro roubou das pessoas. A esperança num mundo melhor. E o triste retrato desta situação está nos números do TSE. E é justamente isso que a gente precisa devolver ao povo brasileiro, aos jovens, aos pais e mães que hoje não sabem se a vida daqui a dez anos vai estar melhor ou se vai piorar.

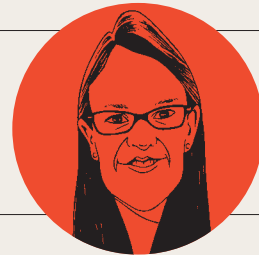
A gente precisa recuperar a economia do País, gerar emprego, combater a corrupção, mas, sobretudo, devolver a esperança ao nosso povo. A esperança num país com menos gente morrendo de fome ou se estapeando na porta de supermercados atrás de um pedaço de osso, como temos visto pelo Brasil afora em imagens que chocam o mundo, menos a família Bolsonaro e seus churrascos com carnes que custam quase 2 mil reais o quilo.

A gente precisa voltar a dialogar sobre política com maturidade e sem ódio. Precisamos recuperar a capacidade de ouvir quem pensa diferente da gente e trabalharmos juntos pelo bem comum. Temos de voltar a reunir a família no almoço de domingo sem que o papo sobre política provoque conflitos. O Brasil precisa de união, não de divisão.

Nosso país precisa voltar a sonhar, e para que isso aconteça é fundamental que a gente estimule a participação política desta garotada, porque a vida dos jovens, como a de todas as pessoas, também pode melhorar ou piorar de acordo com as nossas escolhas políticas. O preço da passagem e a qualidade dos trens, ônibus e metrôs dependem de decisões políticas, bem como o ingresso do futebol, do cinema e, como acabamos de ver nos últimos dias, do café pingado com pão na chapa, que em alguns lugares no Rio e em São Paulo já custa inacreditáveis 20 reais. A mudança, tenho certeza, virá em outubro. Mas pode ficar mais fácil se até 4 de maio todo mundo estiver com o cartão da mudança em mãos. E este cartão se chama título de eleitor. •

brunovilla@hotmail.com

BAPTISTÃO

ESTHER SOLANO

Descanse em paz

▶ A terceira via nasceu mais morta do que viva. E Doria é um símbolo da situação deprimente de quem disputa o vazio

Com frequência alguém me pergunta o que acho das possibilidades eleitorais da terceira via. Sempre respondo: nenhuma. Sem mais, sem paliativos. Há muito tempo repito a mesma coisa. A terceira via nasceu mais morta do que viva, com escassíssima capacidade de alçar os voos numéricos nas pesquisas.

Por quê? Simplesmente, porque não há espaço. Os espaços podem ser de muitas formas, de muitas dimensões, de muitas propriedades. Há espaços físicos, simbólicos, afetivos, políticos. A terceira via não cabe em nenhum deles. Os campos sociopolíticos do lulismo e do bolsonarismo são grandes demais em termos de paixões e em termos de potencial mobilizador. Odeie-se ou não Bolsonaro, não podemos negar que ele representa uma poderosa força libidinal. Goste-se ou não de Lula, não podemos negar que ele também é outra poderosa força libidinal. E o que resta entre duas enormes correntezas libidinais? Nada. Um vazio. Muitos eleitores podem até se sentir cansados da dualidade Lula-Bolsonaro. "Queremos algo novo" é uma frase recorrente. Sim, de fato muita gente que ainda não definiu seu voto gostaria de um nome diferente, de um rosto diferente, mas a realidade é que, mesmo ao desejar esta mudança, não há espaço para ela nas mentes, nas emoções, nas perspectivas dos brasileiros, no seu presente nem no seu futuro. Existe Lula. Existe Bolsonaro. Mais ninguém.

Há certo paradoxo nessa situação. Ao mesmo tempo que a luta entre dois titãs esgota, ela seduz. Lula e Bolsonaro. Podem até cansar os nomes entre alguns setores, mas eles atraem, são como catalisadores, como ímãs afetivos, não dá para escapar deles. Tudo orbita no entorno. Buracos negros da política que sugam as forças de quem está por perto. Sim, o nome de Sergio Moro ecoa um pouquinho por aí, o de Ciro Gomes outro pouquinho por lá, o de João Doria, este não ecoa mesmo... Bagatela, migalhas, nada concreto, nada sólido. Dias atrás, entrevistei eleitores de Moro, que, perto do fim da entrevista, me confessaram, sem pudor nenhum, que, se o ex-juiz não subir nas pesquisas, eles talvez votem no Lula, porque "não vou perder o voto, né?" É isso, fidelidade eleitoral só uns poucos merecem.

E tudo isso sem contar que cada vez há mais candidatos na disputa pelas migalhas. Em vez de se unirem em torno de um nome comum que consiga ganhar alguma musculatura, cada vez há mais nomes a se engalfinhar nessa ausência de espaço. Curioso, não? Tanta gente a querer disputar... o nada, o vazio.

É isso, a terceira via só teria chance se ela se transformar numa segunda via. Se Bolsonaro vier a morrer politicamente e for substituído. Nesse cenário, poderia ser. Dessa forma, é curioso ver como alguns candidatos se esforçam até o limite do desespero para abrir buracos nesse vazio político. É curioso e dramático ao mesmo tempo porque há quem tente cavar buracos brincando com a vida alheia. É o caso de Doria. Quando pergunto a respeito da avaliação do governador de São Paulo nas minhas entrevistas, a resposta é unânime: "oportunista", "mentiroso", "artificial", "eleitoreiro". Há uma convergência abissal na percepção de que ele politizou a vacina, vacinou não por respeito ao povo, mas como forma de colher benefícios eleitorais do sofrimento e se beneficiar individualmente. Os entrevistados percebem, com total clareza, que ele age só para ganhar poder, que ele cobiça a faixa presidencial, que a vacina não é cura para ele, mas o caminho do Planalto. Percebem a teatralidade, a impostura, a ansiedade de vitória.

O governador de São Paulo, talvez convencido de que é mais inteligente do que o povo, o qual, certamente percebe e julga como burro, continua, no entanto, a dar os mesmos passos, uma e outra vez. Focos, holofotes, grandes declarações. Agora foi a máscara. Não precisa dela, a pandemia acabou. A máscara atrapalha a subida da rampa do Planalto, então fora com a máscara. Se for a vida que está em jogo, fazer o quê? Brasília aguarda. Só que não. Brasília aguarda, mas outro. Boa sorte com os 2%. Já vi milagre, mas esse aí teria de ser produzido por um Deus onipotente demais e intuo que Doria não se dá muito bem com esses deuses.

É isso, os nomes da terceira via continuam a se esfacelar pelo nada, pelo vazio, enquanto o cenário eleitoral define-se cada vez mais. Lula e Bolsonaro. Confesso que eu tremo cada vez que penso no que a gente vai enfrentar. Mas como eu tampouco me dou muito bem com esses deuses por aí, confio no voto, em nós. Vamos em frente.

Terceira via, descanse em paz. •

redacao @cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

CHANTAGEM EM CURSO

ARTHUR LIRA DESENTERRA O DEBATE SOBRE A ADOÇÃO DO SEMIPRESIDENCIALISMO A SEIS MESES DAS ELEIÇÕES

por MARCOS COIMBRA

A fábrica de criar monstrengos do sistema político brasileiro não para. Agora mesmo, há um em produção. Atende pelo nome de semipresidencialismo. Por decisão do estadista que ocupa a Presidência da Câmara dos Deputados, foi constituído um grupo de trabalho, no último dia 18, para, em 120 dias, "analisar e debater temas relacionados ao sistema de governo semipresidencialista". Caso seu prazo de funcionamento não seja prorrogado, seus trabalhos devem estar concluídos até 18 de julho. Não custa lembrar: dali a pouco mais de dois meses, vamos escolher o futuro presidente da República. Que governará em regime presidencialista.

Parece piada e talvez seja: eleger um presidente para exercer seu mandato de acordo com as regras do presidencialismo, dois meses depois de o Parlamento, possivelmente, dizer que o sistema não serve. O distinto público pode se perguntar: se o tal semipresidencialismo é melhor, por que escolher um presidente para governar no outro sistema? Não teria sido preferível discutir o assunto a tempo de mudá-lo? Se o grupo de trabalho concluir que é pior, de que terá servido fazer a discussão agora, na véspera da eleição?

A composição parlamentar do grupo de trabalho é outra piada: oito dos dez deputados que o integram pertencem a partidos governistas, incluídos os cinco mais bolsonaristas. Restaram somente duas vagas, reservadas a partidos de esquerda (PCdoB) ou centro-esquerda (PV). Encurtando a conversa: o grupo representa o Centrão.

A PROPOSTA É UMA REAÇÃO DE GENTE INCONFORMADA COM A PERSPECTIVA DE PERDER VANTAGENS E MAMATAS

Para assessorar esses parlamentares ilustres, Arthur Lira nomeou um conselho consultivo, constituído por dez "notáveis", escolhidos sabe-se lá por quais critérios. Sem exceção, todos estudaram, moram e trabalham ou trabalharam em São Paulo. A *alma mater* de quase todos é a Universidade de São Paulo.

É um grupo de trabalho Centrão-USP, criado por ato de Lira, sem considerar a diversidade política na Câmara e sem perguntar e ouvir a comunidade jurídica e acadêmica nacional. Como poderia dizer Jânio Quadros, fez assim porque assim o quis.

E o que será que querem Lira e seus amigos do Centrão, ouvindo os assessores uspianos? Para quem conhece o modo como essa turma funciona, a resposta é fácil, ainda mais se lembrarmos o que aconteceu depois que o capitão lhe entregou a chave do cofre: aumentar sua capacidade de pressão sobre o novo presidente. Quer dispor de um instrumen-

Lira montou uma comissão do Centrão com “luminares” da USP

to para, quando achar necessário, tirá-lo da gaveta e ameaçar quem estiver no Palácio do Planalto.

Mandam um recado. Não venha com arroubos democráticos e propostas de moralização das relações entre Executivo e Legislativo. Caso contrário, vai ter. Desengavetamos o semipresidencialismo, para atrapalhar. Como poderia dizer Aécio Neves: só para encher o saco.

Lira e seus amigos colocaram essa carta na mesa porque acham que Lula vai vencer. A reeleição de Bolsonaro seria seu mundo perfeito (não porque imaginam que seriam perseguidos, pois sabem que isso não é do feitio de Lula), mas querem manter, ao menos em parte, o vasto terreno que ganharam do capitão (como a bandalheira das bilionárias “emendas de relator”) em troca de ignorar a centena de pedidos de *impeachment* que dormita nas gavetas da Câmara.

O tal semipresidencialismo não foi posto a circular neste momento porque Bolsonaro pode ganhar, mas porque tudo indica que vai perder. Os ínclitos parlamentares do Centrão e seus assessores não acharam que era necessário limitar os poderes presidenciais quando uma excrescência como ele ganhou, na mutreta, a eleição em 2018. Não consideraram que golpismo, ataques às instituições, descompromisso com as regras da governança democrática e falta de compostura e decência justifiquem a redução de algum poder presidencial.

No fundo, para essa gente, o problema não é a possibilidade de um pilantra como o capitão ganhar uma eleição. O risco é o povo escolher um bom presidente da República, como fez no passado e não conseguiu na última eleição. O semipresidencialismo é para colocar um cabresto em Lula.

Já vimos esse filme, com um primo mais ilustre e menos confuso que o monstrengo da vez. O parlamentarismo serviu a objetivos semelhantes, de personagens muito parecidos com os de hoje. Quando Jânio Quadros renunciou, em agosto de 1961, apenas sete meses após a posse, o caminho constitucional era evidente: assumiria o vice, João Goulart. Para surpresa de ninguém, o velho golpismo das Forças Armadas saiu da toca e os ministros militares comunicaram que, simplesmente, não respeitariam a Constituição e vetariam a hipótese de Jango se tornar presidente. Estavam dispostos a bombardear o Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, de onde o governador Leonel Brizola liderava um movimento legalista, de reação aos golpistas.

Jango, que estava em viagem oficial à China, retardou a volta ao Brasil, para evitar confrontações, enquanto o Congresso buscava uma solução política para o impasse. O que inventaram? Um parlamentarismo de araque, criado às pressas para acalmar os milicos. Jango podia tomar posse, mas teria de ser uma figura decorativa, sem funções de governo.

A história, daí para diante, é conhecida. Ele assumiu e o parlamentarismo foi adotado, para durar pouco mais de um ano. Em janeiro de 1963, no plebiscito convocado para decidir se permaneceria, quase 80% do eleitorado preferiu voltar ao presidencialismo. Morrem assim, por incompetência e invencionismos, ideias que poderiam ser até boas.

O semipresidencialismo de hoje tem diversas semelhanças com seu parente mais respeitável. É um arreglo para limitar o poder presidencial na hora em que uma liderança de esquerda está prestes a assumir o governo. É uma reação de gente inconformada com a perspectiva de perder vantagens e mamatas. É expressão do autoritarismo dos poderosos, que têm ojeriza a políticos com compromissos populares (quem imagina de que lado ficou o jornal *O Estado de S. Paulo* naqueles dias?).

Vai dar em alguma coisa? Provavelmente, em nada. Discuti-lo agora apenas escancara a falta de seriedade e a irresponsabilidade de grande parte de nossas elites. •

Papo-furado

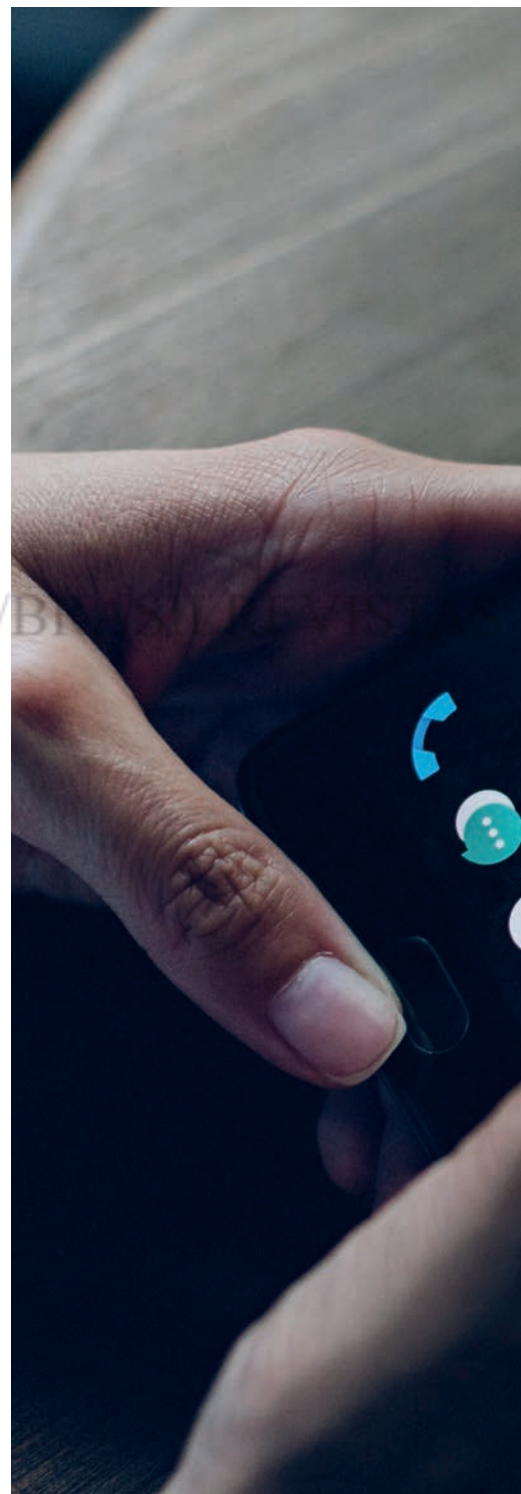
DESINFORMAÇÃO Somente após o bloqueio do STF, o Telegram revê a sua postura e decide se adaptar à legislação brasileira

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Pelo calendário do Tribunal Superior Eleitoral, a campanha deste ano só poderá começar na internet em 16 de agosto. Isso não impede que, no terreno livre de algumas plataformas, candidatos e apoiadores atuem a pleno vapor, muitas vezes de mãos dadas com a desinformação. Quatro anos após o *tsunami* de notícias falsas que desequilibrou o pleito em 2018, o Brasil vê o tempo passar sem que nenhuma medida concreta venha garantir que as *fake news* não cumprirão novamente papel decisivo na escolha dos eleitores alimentados por conteúdo criminoso. Ainda sem respostas definitivas para o problema, e com a aparente paralisia do Projeto de Lei que busca trazer alguma solidez a esse pantanoso terreno, o País viveu na última semana o embate entre o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e o aplicativo de mensagens Telegram, até aqui a principal ferramenta do bolsonarismo para atacar adversários e disseminar mentiras.

A esgrima entre Moraes e o Telegram durou um fim de semana e trouxe resultados imediatos que apontam para uma adequação da plataforma à Justiça brasileira. A empresa comprometeu-se, por exemplo, a nomear um representante legal no País. Na quinta-feira 18, o magistrado determinou o bloqueio do aplicativo por este ter desconsiderado ordens para retirar conteúdos com desinformação postados por Jair Bolsonaro e suspender contas acusadas de espalhar *fake news*, como as do blogueiro foragido Allan dos Santos. Moraes estipulou ainda multa diária de 500 mil reais, caso a companhia voltasse a ignorar o STF, e de 100 mil para os provedores que se recusassem a bloquear o *app*. A medida surtiu

Vitória. Finalmente, Moraes conseguiu fazer a empresa respeitar a Justiça brasileira

pág. 34
Webinar. Cada estado precisou encontrar uma solução própria para lidar com a pandemia nas escolas

Enquanto isso, no Congresso, o PL das *Fake News* segue sem desfecho

efeito e horas depois Pavel Durov, fundador do Telegram, deu o ar da graça: "O que aconteceu foi uma falha de comunicação. Peço desculpas ao STF por nossa negligência", disse o jovem empresário russo pelo... Telegram.

Mais do que palavras, Durov tomou duas atitudes que levaram Moraes a revogar a suspensão do Telegram no domingo 20. Além de indicar um representante legal, ele removeu a postagem na qual Bolsonaro revelava dados sigilosos de uma investigação da Polícia Federal sobre um ataque *hacker* aos sistemas do TSE. A plataforma também assegurou ao STF ter instalado ferramentas para impedir a criação de novos perfis por usuários suspeitos de disseminar notícias falsas. "Essa medida nos permite diminuir o risco de repetidas violações e já a aplicamos aos autores dos canais que foram previamente identificados pela Justiça como ilegais no Brasil", disse o Telegram no ofício enviado a Moraes.

Representante do terceiro setor no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) e pesquisadora sobre o fenômeno das *fake news*, a jornalista Bia Barbosa avalia que a decisão de Moraes garantiu o estabelecimento de uma interlocução com o Telegram: "Até então a plataforma não havia dado retorno a diferentes órgãos da Justiça brasileira, não apenas ignorando o cumprimento das decisões como não respondendo a comunicados das mais diversas naturezas feitos pelo TSE". O aperto dado pelo STF, diz, "foi fundamental para mostrar que

ISTOCKPHOTO E ROSINEI COUTINHO/STF

Desculpas. O russo Pavel Durov atribuiu o problema a uma "falha de comunicação"

o Telegram tem condições, sim, de moderar conteúdos e fazer o enfrentamento a atitudes ilícitas dentro da plataforma. Foi o que aconteceu com o bloqueio da postagem de Bolsonaro".

Barbosa faz uma ressalva: "Se os compromissos serão respeitados pelo Telegram, só o tempo poderá mostrar". Ela lembra que outros canais de Allan dos Santos já haviam sido criados pela plataforma e que (*até o fechamento desta edição*) ao menos um continua ativo: "O ministro determinou que, se novos canais fossem criados por esse perfil, teriam de ser bloqueados imediatamente. Então, a decisão não está sendo cumprida em sua integralidade". A ativista questiona ainda qual prazo o Telegram vai adotar para cumprir o que foi assumido: "A empresa fala em uma revisão de seus termos de uso a partir de uma análise da legislação brasileira, mas não explica como fará essa revisão nem quando ela estará disponível. Da mesma forma, o Telegram diz que vai impedir a disseminação de conteúdos que contenham desinformação. Mas as agências de checagem dizem que ainda não têm nenhum acordo estabelecido com o Telegram para esse tipo de trabalho, feito com outras plataformas no Brasil".

Bolsonaro e integrantes do primeiro escalão do governo tomaram para si as dores do Telegram. Sem explicar como, o presidente, com 1 milhão de seguidores no aplicativo, chegou a dizer que o bloqueio poderia "causar óbitos" e que interessaria apenas aos que querem "me atingir e fortalecer o Lula". Mais uma vez, Moraes foi alvo preferencial: "Olha aí as consequências da decisão monocrática de um ministro do STF. Porque não conseguiu atingir duas ou três pessoas que deveriam ser banidas do Telegram, ele atinge 70 milhões de pessoas", disse, antes da revogação da decisão do ministro. Bolsonaro logo teve a companhia do ministro da Justiça, Anderson Torres, que reclamou dos "milhões de brasileiros prejudicados" em postagem nas redes sociais.

Já o advogado-geral da União, Bruno Bianco, resolveu advogar para o Telegram e pediu ao STF que revisse a decisão de Moraes. "O combate a ilícitos na rede deve atingir os responsáveis finais e não os meios de acesso. Sugerimos medidas alternativas que não inviabilizem a plataforma", disse em manifestação enviada ao Supremo. O principal argumento da AGU é que o bloqueio do Telegram contraria o que está estabelecido no Marco Civil da Internet aprovado em 2014. Moraes utilizou, porém, o mesmo Marco Civil como uma das bases de sua argumentação pelo bloqueio.

> Um dos pontos frágeis do projeto é a extensão da imunidade parlamentar para as redes sociais

Advogado e pesquisador do grupo Constituição, Política e Instituições da USP, Artur Pericles avalia que a questão é complexa: "Existem duas objeções à atuação da AGU neste caso. Primeiro, de que estaria representando interesses particulares, de uma empresa. No entanto, aqui a defesa da AGU beneficiaria mi-

lhões de usuários prejudicados, caso o bloqueio tivesse sido efetivado. Isso não significa que a decisão do ministro Moraes foi equivocada. Não quer dizer, como afirma Bolsonaro, que a decisão não tinha embasamento legal. Apenas que a discussão não é limitada aos interesses econômicos do Telegram".

A segunda objeção é a de que o advogado-geral da União possa pleitear uma medida cautelar. "O advogado-geral da União nem poderia ser autor, porque não tem a legitimidade constitucional para isso. Apesar disso, em decisão de maio de 2020 o STF entendeu que a AGU atua nesses casos de forma semelhante ao Ministério Público, o que indica que também poderia postular medida cautelar como fez no caso do Telegram", diz Pericles.

Relator do PL das *Fake News* na Câmara, o deputado Orlando Silva, do PCdoB, critica a postura do governo: "Bolsonaro tem se notabilizado pelo aparelhamento das instituições de Estado. Não só na AGU, ele tenta manejar os órgãos de acordo com seu interesse político e pessoal. Foi o que aconteceu neste caso do Telegram. É inadmissível que a AGU, que deveria estar ao serviço do interesse público, se submeta a qualquer capricho ou interesse privado do presidente". Para o deputado, a decisão de Moraes "foi dura, mas necessária" para disciplinar a questão. "Nenhuma empresa pode se insurgir contra as leis do Brasil. A correção da decisão pode ser medida pela alteração na postura do Telegram, que adotou uma atitude completamente diferente da que vinha tendo até aqui."

Na Câmara, Orlando Silva tem desdobrado esforços junto ao presidente da Casa, Arthur Lira, do PP, para destravar impasses e colocar o projeto em pauta: "Trabalho com a perspectiva de que o PL 2630 seja votado na Câmara nos próximos dias. O texto deve ser pactuado também com o Senado, para que tenha tramitação rápida naquela Casa e possa entrar em vigência imediatamente". O deputado ressalta que

Fé. Orlando Silva aposta na aprovação do PL das *Fake News* antes das eleições

o projeto não versa sobre a eleição em si, mas, como lei geral, terá impacto na campanha deste ano: "O quanto antes for votado e aprovado, melhor para que tenhamos um processo eleitoral menos contagiado pelas *fake news*".

Bia Barbosa diz acreditar que o projeto será votado e entrará em vigor antes das eleições, mas sem efeito garantido: "Alguns artigos que exigem produtos e mudanças na arquitetura das plataformas

AGU. Para satisfazer os caprichos do chefe, Bianco advogou para o Telegram

podem ter um prazo de *vacatio legis* ampliado em razão do tempo necessário para o desenvolvimento tecnológico. É importante a gente entender que esta não é uma legislação voltada ao enfrentamento da desinformação no período eleitoral. Ela vai além, trata de mecanismos de transparência e de regras democráticas para a moderação de conteúdo nas plataformas".

Advogada e conselheira do Intervozes, Flávia Lefèvre aponta os prós e contras do texto do PL: "O avanço mais importante diz respeito à transparência das práticas algorítmicas utilizadas pelas plataformas, de modo que o gerenciamento de conteúdo seja menos opaco. Há também a previsão de relatórios periódicos de remoção de conteúdos e suspensão de contas – para que a gente entenda por que estas estão acontecendo – e de um código de conduta desenvolvido multissetorialmente com a participação do CGI. Outro ponto importante é a previsão de que contas de agentes públicos têm de seguir determinadas regras".

Como aspecto negativo, Lefèvre cita a previsão de que as plataformas passem a pagar por conteúdos jornalísticos: "Nós achamos que a atividade jornalística deveria ser financiada de outra maneira. Deixar empresas privadas com grande poder de mercado e com um controle como nunca se viu do fluxo de informações negociarem e pagarem por conteúdos certamente vai influenciar quais terão mais ou menos destaque. A gente pode resvalar aí em violações à liberdade de expressão. Essa discussão tem de ser feita em outro espaço e de forma mais aprofundada".

Outro ponto negativo para o Intervozes é estender a imunidade parlamentar às irregularidades praticadas nas plataformas: "Isso os coloca em situação de desigualdade com os demais cidadãos. Os parlamentares não poderão ter conteúdos removidos das plataformas mesmo se, após a análise, eles forem considerados mentirosos ou violadores da lei eleitoral".

Retorno ao curral?

PAUTA VERDE O STF prepara o julgamento de sete ações que tentam bloquear a boiada antiambiental do governo

POR FABÍOLA MENDONÇA

No momento em que ocorre um esforço concentrado da base governista na Câmara para aprovar outra boiada antiambiental, o Supremo Tribunal Federal agendou para a próxima quarta-feira, 30 de março, a votação de uma "pauta verde", quando serão julgadas sete ações sobre temas ambientais. Seis processos têm como relatora a ministra Cármen Lúcia e um está sob a responsabilidade de Rosa Weber. A votação acontece pouco mais de 20 dias após os magistrados abrirem as portas da Corte para receber um grupo de artistas liderado pelo cantor Caetano Veloso, que protestou em Brasília contra a agenda antiambiental. A reunião contou com a presença das relatoras e dos ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. Na ocasião, os artistas entregaram um manifesto pedindo que o STF priorize julgamentos de ações que ameaçam o meio ambiente e os povos originários.

A votação da "pauta verde" é vista como uma resposta do Judiciário ao governo federal e ao Congresso, que têm encaminhado de forma açodada vários projetos na área de meio ambiente, muitos deles apontados como inconstitucionais, como o PL 191, que legaliza o garimpo em terras indígenas. De autoria do Executivo, o projeto tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados, a partir de uma manobra do presidente da Casa, Arthur Lira. Com isso, o texto não precisa passar pelas comissões técnicas, pode ser votado diretamente em plenário após a análise de uma comissão especial.

"Nos dois primeiros anos, Bolsonaro não conseguiu transformar esses projetos em lei, porque tinha uma base frágil no Parlamento. O governo recorreu a atos infralegais. A partir do terceiro ano, a turma passou a adotar o 'método Lira', que não discute, simplesmente coloca para votar. A preocupação do presidente da Câmara com o meio ambiente é zero", destaca Suely Araújo, especialista em Políticas Públicas do Observatório do Clima. A expectativa é de que o STF se posicione favorável às ações de inconstitucionalidade. "Se o STF quisesse rejeitar, não pautaria o tema dessa forma. Os magistrados colocaram tudo no mesmo pacote."

O deputado federal Alessandro Molon, que deve assumir a Frente Parlamentar pelo Meio Ambiente nas próximas semanas, também aposta em um resultado positivo. "O Supremo deve estar percebendo, como temos alertado há algum tempo, que a boiada está passando", observa o parlamentar do PSB. "A base do governo está coesa nesses projetos que ameaçam o meio ambiente, além de contarem com o apoio do presidente da Câmara. Eles conseguem aprovar muito rapidamente, sem discussão, sem que haja tempo de alertarmos a sociedade, projetos muito graves para o meio ambiente."

> **Recentemente, os ministros da Corte receberam artistas em protesto contra projetos lesivos ao meio ambiente**

A previsão é de que a votação dure dois dias, diante da complexidade dos processos. Dos seis relatórios que caberão a Cármen Lúcia, um deles cobra a retomada do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, esvaziado pelo governo Bolsonaro. Essa ação é apontada como uma das mais importantes, uma vez que, graças a ele, houve uma redução de 83% do desmatamento no bioma de 2004 a 2012. Na mesma linha, existe a ação que questiona um decreto federal e uma portaria do governo Bolsonaro que limitaram a autonomia do Ibama na fiscalização ambiental, transferindo a responsabilidade para o Ministério da Defesa. Tem também a ADPF 651, a qual pede a inconstitucionalidade de um decreto presidencial que exclui a participação da sociedade civil no Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Outro processo da "pauta verde" é a ADO 54, que responsabiliza o presidente Bolsonaro por ser omisso em relação à conservação do meio ambiente e ao desmatamento na Amazônia. Há ainda duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Uma contesta o Conselho Nacional do Meio Ambiente em relação à qualidade do ar e a outra questiona a lei que prevê a concessão automática, sem análise de alvarás de funcionamento, a licenciamento ambiental para empresas, no âmbito

Rosa Weber e Cármen Lúcia relatam as ações

ROSINEI COUTINHO/STF

da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

Por fim, caberá a Rosa Weber apresentar o relatório da ADO 50, a acusar o Poder Público de omissão por não viabilizar o funcionamento do Fundo Amazônia, deixando de investir 1,5 bilhão de reais, disponíveis no caixa, em projetos de preservação na Amazônia Legal. A maioria das ações tem como autores partidos como PSB, Rede, PDT, PT, PSOL, PCdoB e PV, muitos deles assessorados e representando organizações não governamentais que atuam na defesa do meio ambiente.

"O Judiciário tornou-se um instrumento a serviço dos povos indígenas, seja nos processos na Justiça Federal, no STF ou na incidência internacional, como é o caso da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A expectativa é de que o STF reafirme a proteção constitucional ao meio ambiente através do aprimoramento das instituições que devem promover o combate ao desmatamento e todas as ilegalidades", comenta Tito Sateré-Mawé, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. "É fundamental que, num contexto de retrocessos na política de proteção ao meio ambiente, a mais alta Corte do País tome uma decisão acertada."

Vera Motta, advogada do PV, também ressalta os retrocessos nas políticas ambientais praticados pelo governo Bolsonaro, levando o partido a recorrer por várias vezes ao STF. "Temos questionado sistematicamente diversos decretos ou medidas que vão na contramão da agenda global", diz. As sete ações da "pauta verde" do Supremo representam, porém, uma pequena mostra da litigância de temas ambientais. Só no governo Bolsonaro, a Arayara – organização social que defende o uso sustentável de energia, petróleo e gás – judicializou 32 ações e até o fim deste ano pretende entrar com outras 12 medidas judiciais, visando defender o meio ambiente.

"Quando falamos de litigância, é visando a proteção da sociedade, corrigir os erros dos Executivos estaduais e, especialmente, do nacional, que, nesses últimos anos, tentou destruir os marcos regulatórios e descumpre a legislação vigente no País", destaca Juliano Bueno de Araújo, diretor-técnico da Arayara, citando uma ADI que a entidade apresentou no STF, em 10 de março, para derrubar a Lei 14.299/22, sancionada por Bolsonaro em janeiro passado. Ela garante subsídio do carvão mineral para geração de energia do Complexo de Usinas Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo, Santa Catarina. •

O controle privado limita o acesso da maioria

Mercadoria ou direito?

MEIO AMBIENTE Passados 30 anos da Rio 92, a privatização da água tornou-se um processo acelerado e contínuo

POR CARLOS BOCUHY*

A criação do Dia Mundial da Água, durante a conferência Rio-92, foi um alerta para proteger a sociedade humana da escassez futura. Passados 30 anos, houve grande ebulição institucional, com a proliferação de eventos comemorativos. Foram, no entanto, minguados os avanços em políticas públicas para a sustentabilidade hídrica. Como resposta do mercado global, o que acontece hoje é o acirramento dos processos de privatização.

No mundo do *business as usual*, tudo vira mercadoria. É o reino de Midas, onde tudo o que se toca vira ouro. A água é precificada como *commodity* na Bolsa de Nova York. A flutuação do preço em um sistema de maior valia, em razão da escassez, prenuncia um futuro nefasto para as populações com menor possibilidade financeira. A lógica aponta para a exclusão dos mais vulneráveis.

Segundo dados atualizados, 66% da disponibilidade hídrica é utilizada para o agronegócio. Em que pese o desperdício nos dias de hoje, para o futuro encarecer a água é encarecer a produção de alimentos. O cenário de mudanças climáticas e a instabilidade pluviométrica, além do crescimento populacional, apontam para um aumento da demanda – e, consequentemente, de escassez. Essa equação é explosiva para o mercado, pois significa uma valoração gradual nas mãos da pri-

ISTOCKPHOTO

vatização, apontando para a elevação de preços diante da diminuição da oferta.

O hidronegócio tem sido criado como um sistema parcial, oriundo de uma política econômica anacrônica que trata o meio ambiente de forma segmentada e sem percepção adequada sobre a gestão dos bens essenciais à vida. A água é um Direito Humano Fundamental, assim reconhecido pelas Nações Unidas. A ONU vai além. Os debates por saneamento, implementados por países em desenvolvimento, acabaram por consagrar o direito humano ao esgotamento sanitário.

Há duas tendências em curso, em essência, antagônicas entre si. Sob a ótica do mercado, não há abordagem adequada para a geração de bens públicos como a água. Primeiro, porque os objetivos estatutários do setor privado estabelecem em sua função prioritária a geração de lucro. De outro lado, é preciso que alguém gere bens públicos, como é o caso da água, por meio da manutenção dos ecossistemas produtores.

As empresas que dominam a privatização da água não são, contratualmente, responsáveis por zelar pelos ecossistemas naturais de produção hídrica, que ficam ao encargo dos governos. Estes devem cumprir as leis de proteção ambiental, além dos instrumentos legais que estabelecem, no território, a obrigatoriedade de se observar a função social da propriedade.

Ao olharmos para a realidade dos nossos sistemas naturais, percebemos que o potencial de geração de água para a América do Sul depende, em grande parte, dos rios voadores, da transposição da água da Amazônia, que fornecem chuvas para grande parte do continente. Da mesma forma, as áreas receptoras das chuvas, os solos úmidos e florestados, assim como os sistemas naturais que proporcionam a recarga dos aquíferos, dão vida às nascentes que formam rios e represas.

A lógica atual aponta para a exclusão dos mais vulneráveis

Então, como tudo isso passaria a ser cedido graciosamente àqueles que mercantilizam a água, restando ao Estado, ou à sociedade em sua expressão mais organizada, a missão de proteger os sistemas naturais produtores?

A lógica de mercado é convenientemente parcial. Há uma dissociação evidente entre o comércio da água e a proteção e manutenção daqueles elementos que garantem a sua perenidade.

Midas é um pragmático de curtíssimo prazo. No fim da fábula, a morte aproxima-se por inanição, pois tudo o que toca vira ouro, que não é comestível.

Para gerir água é preciso democracia. Um bem público deve ser gerenciado com transparência e participação social na área ambiental, direito fundamental previsto na Constituição. Um bom exemplo de como se faz necessário tornar essa participação efetiva é o modelo de gestão para o setor de geração hidrelétrica. Se, por um lado, temos uma matriz energética menos poluente, de outro lado, a gestão do processo de geração nos revela um sistema centralizador e com absoluta prevalência dos interesses econômicos envolvidos.

A dinâmica na gestão dos reservatórios de água, que sequencialmente barram as águas dos rios para a geração de energia, revela a privatização da dinâmica e do volume dos rios pelos setores economicamente interessados. O Operador Nacional do Sistema decide a dinâmica dos rios a partir de um conselho deliberativo, que define qual será a vazão nas barragens. A vazão deveria compatibilizar os interesses dos demais usos múltiplos da água, como o abastecimento humano, a dessedentação dos animais, os ecossistemas naturais, o uso de água para agricultura, indústrias etc. Dos 17 integrantes do conselho da ONS, apenas um é consultor do mundo acadêmico, contratado pelo Ministério de Minas e Energia, além de um representante da sociedade civil, um assento ocupado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Os demais 15 são indicados pelo governo federal e pelas empresas de geração e distribuição de energia. Onde está a representação da sociedade como um todo? É incompreensível que a gestão da água em conselhos, um bem público vital, extremamente importante para a sociedade humana e a biodiversidade, ainda não conte com maioria de representação da sociedade civil, que, livre de conflitos de interesse, possibilitaria as melhores decisões pró-sociedade e pró-sustentabilidade.

Entre 21 e 26 de março, acontece no Senegal o 9º Fórum Mundial da Água, promovido pelas corporações transnacionais interessadas na privatização da água, em conjunto com governos simpatizantes. De outro lado, o Fórum Alternativo Mundial da Água – Fama 2022 Brasil/Dakar, constituiu-se como espaço de articulação popular que tem se esforçado em tornar públicos os dados e reflexões sobre a gestão da água sob a ótica de um direito humano fundamental. Essa contraposição é absolutamente necessária. A privatização tem sido uma experiência insuficiente e mal-sucedida em todo o mundo, o que provoca um grande número de reestatizações nos sistemas de saneamento e abastecimento. Não poderia ser de outra forma. O resultado é óbvio, como descreve o mito de Midas. •

**Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam).*

Mais do mesmo

ELEIÇÕES Eduardo Leite ainda sonha em representar a "terceira via" na corrida presidencial, mas seu legado privatista no Rio Grande do Sul é desastroso

POR RENÉ RUSCHEL

De malas prontas, o governador gaúcho Eduardo Leite está a um passo de deixar o PSDB e migrar para o PSD de Gilberto Kassab. Derrotado nas prévias tucanas por João Doria, ele ainda sonha com a possibilidade de disputar a Presidência da República por um partido bem estruturado. Caso levasse em conta apenas a identificação programática, seu destino natural provavelmente seria o Novo, privatista até a medula.

Em sua sanha antiestatal, Leite entregou a Companhia Estadual de Energia Elétrica por míseros 100 mil reais, valor médio de dois carros populares, mais o repasse das dívidas da empresa. A Companhia de Gás do Estado foi rifada, sem concorrência, pelo preço mínimo de 927,8 milhões de reais. Um ano antes da venda, a Sulgás obteve um lucro de 79,4 milhões de reais, além de realizar investimentos da ordem de 41,5 milhões. Agora, insiste em leiloar a Corsan, a companhia de saneamento do Estado.

Visto como uma espécie de Paulo Guedes dos Pampas, Leite possui pendor privatista desde sempre. Quando foi prefeito de Pelotas, tentou derrubar uma cláusula da Lei Orgânica do Município a prever a necessidade de plebiscito para qualquer privatização. Leite queria vender a Sanep, autarquia municipal de água e saneamento, mas acabou derrotado pelos vereadores da oposição. Uma vez instalado no Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, não perdeu tempo. Mobilizou a sua base na Assembleia Legislativa para a derrubada do mesmo veto existente na Constituição gaúcha. Com a porteira aberta, veio o estouro da boiada.

Para obter um bilionário superávit nas contas do estado em 2021, outra obsessão neoliberal, Leite tampouco mediu esforços. Além de rifar as empresas públicas,

promoveu uma reforma da Previdência que, segundo o Dieese, confiscou até um salário por ano dos servidores aposentados. Mudou alíquotas, elevou a idade de acesso aos benefícios e aumentou o tempo de contribuição. Alterou ainda o Plano de Carreira do Magistério. A maioria dos servidores não tem reposição salarial desde 2015.

Aproveitando-se da crise causada pela pandemia, o governador não pagou as dívidas com a União e renegociou o que devia junto aos organismos internacionais. Até o ano passado o governo operou com alíquotas majoradas de ICMS. Os gaúchos pagaram 30% sobre combustíveis, energia e comunicações. Tudo isso, associado ao aumento da inflação no período, alavancou os resultados positivos das contas públicas, uma vez que as receitas acompanharam a elevação dos preços.

Há poucos dias, o tucano celebrou o resultado do PIB gaúcho de 2021. O crescimento de 10,4% ficou muito acima da média nacional, de 4,6%. Mas isso se traduziu em melhora das condições de vida da população? "Absolutamente, não", responde sem hesitar Anelise Manganelli, mestre em Economia pela PUC do Rio Grande do Sul e técnica do Dieese. "O resultado foi fortemente influenciado por um único setor, o agropecuário, que cresceu 67,5%, graças à valorização da soja e do trigo no mercado internacional." Ou seja, quem ganhou foi o agronegócio. O estado encerrou 2021 com 500 mil trabalhadores desocupados. E os empregados tiveram uma redução no rendimento médio real de -7,4%, atesta o IBGE.

A fúria antiestatal de Eduardo Leite deixou marcas em muitas áreas. A educação, por exemplo, vive uma crise profunda. "O governador é um grande marqueteiro", resume a professora Helenir Aguiar Schürer, presidente do CPERS, o sindicato dos professores gaúchos. Recentemente, o governador anunciou com alarde um reajuste de 32% no salário dos professores. "Não é verdade. Apenas 14% deles, que estão em início de carreira, tiveram esse porcentual". Em torno de 31 mil professores aposentados receberam um reajuste de 5,53%, abaixo da inflação, e 12 mil profissionais da educação, como as faxineiras e merendeiras, ficaram de mãos abanando.

Além disso, o plano de carreira do magistério previa o pagamento de uma gratificação de 5% a cada triênio. Como o governo federal acabou com esse benefício, Leite simplesmente utilizou o recurso para completar o piso. Ou seja, quem pagou pelo "aumento" foram os próprios professores. "Seria como o patrão prometer aumentar o salário de seus empregados em 100. Só que ele retira esse valor do vale-transporte para incorporar ao salário", exemplifica Schürer. "Não houve ganho algum."

Com a merenda escolar, a história se repetiu. O governo anunciou um aumento de 186% na verba. Leite chegou a visitar uma escola e posou para fotografias ao lado de uma funcionária, sem reajuste há sete anos. O governador só não explicou que esse porcentual recai sobre um valor ínfimo. A contrapartida do estado por aluno/dia passou 30 para 80 centavos. Não bastasse, grande parte das escolas encontra-se em situação precária. Prédios sem manutenção, com equipamentos quebrados, perigosos improvisos na rede elétrica, banheiros e salas de aula em condições lastimáveis… A situação nas escolas rurais é ainda pior. Segundo o CPERS, em 27 municípios não existe sequer transporte escolar.

"Não aceitar *(as prévias do PSDB)* é coisa de menino mimado", dispara Arthur Virgílio

O abandono está refletido no Censo Escolar de 2021, divulgado pelo Inep. No Rio Grande do Sul, o número de matrículas registrou queda de 5,4%. Entre 2016 e 2021, 171 escolas deixaram de funcionar. A desvalorização profissional fez com que, nestes mesmos cinco anos, 11 mil professores deixassem as salas de aula, quase um quarto do total.

O Instituto de Previdência do Estado, autarquia responsável pela assistência médica de mais de 1 milhão de funcionários públicos e seus familiares, está à beira da falência. A dívida é superior a 1 bilhão de reais e os atrasos no pagamento de honorários levou ao descredenciamento em massa de médicos e hospitais. O motivo da crise é cristalino. Os servidores contribuem com 3,1% de seus salários, mas a parcela que cabe ao governo gaúcho não vem sendo depositada. "Não tenho dúvidas que deixar o IPE sangrar faz parte do projeto de privatização. Leite fez o mesmo com a companhia de energia. Inviabilizou a empresa para justificar a venda", diz o deputado estadual Jeferson Fernandes, do PT.

Por meio de nota, a assessoria de comunicação de Leite diz que o governo trabalha para fortalecer o IPE Saúde, "cujas dificuldades são históricas". E negou ter interesse em privatizar a autarquia.

O modelo gaúcho de gestão é o cartão de visitas que Eduardo Leite pretende apresentar na corrida presidencial. Nas pesquisas, seu nome não empolga, ele figura com 2% a 3% das intenções de voto. Para Arthur Virgílio Neto, ex-prefeito de Manaus, também derrotado nas prévias tucanas, a saída do governador do PSDB só vai minar a sua credibilidade. "Cresça ou não, Doria foi o escolhido. Não aceitar isso é coisa de menino mimado." •

MAICON HINRICHSEN/GOVRS

Sacode a poeira

ENTREVISTA Vítima do lavajatismo, Rodrigo Neves fala da prisão, do novo livro e da candidatura ao governo do Rio de Janeiro

Ex-prefeito de Niterói, o pedetista Rodrigo Neves sonha com uma reviravolta triunfal na sua história política nos moldes de Lula. Embora marque 10% nas pesquisas ao governo do estado do Rio de Janeiro, distante dos favoritos Marcelo Freixo e Cláudio Castro, Neves acredita que o fato de ser desconhecido pela maioria dos eleitores (63%) e ter um índice de rejeição menor do que aquele dos adversários o mantém no jogo. Uma vitória nas urnas consagraria a luta infernal contra o lavajatismo. Em dezembro de 2019, em decorrência de uma delação premiada mais tarde desconsiderada pelo Tribunal de Justiça fluminense, o pedetista foi preso, permaneceu três meses em uma cela em companhia de outros 40 detentos. O calvário é descrito no livro *Golpe Derrotado*, lançado há dez dias, com prefácio do advogado Técio Lins e Silva.

Em entrevista ao repórter **Maurício Thuswohl**, Neves conta a sua saga, fala das eleições estaduais e diz que seu palanque estará aberto ao ex-presidente Lula, apesar de o PDT ter candidato próprio, o ex-ministro Ciro Gomes. A íntegra pode ser vista no canal do YouTube de *CartaCapital*.

Livro

É importante que sejam contadas as histórias sobre esse momento dramático para o Brasil, de violência ao devido processo legal. É inaceitável que em plena vigência do Estado Democrático de Direito tenha acontecido o que aconteceu. O livro esclarece ponto a ponto a verdade sobre a conspiração para tomar de assalto a única prefeitura progressista da Grande Rio, a única que não estava na órbita da extrema-direita.

Processo

São quase cinco anos do início do processo e nunca fui ouvido. Omitiram os dados do Coaf que afirmavam que não havia nenhuma movimentação suspeita nas minhas contas, ou naquelas dos meus familiares, e os dados do Ministério Público Federal, dizendo não haver nenhum elemento que corroborasse a falsa delação premiada. Também mentiram sobre a minha esposa, pois falaram que ela era dona de uma empresa de ambulâncias chamada Toesa, envolvida com a Lava Jato, sobre a qual a gente nunca tinha ouvido falar. Depois de três meses e de terem feito tudo o que fizeram, se desculparam e disseram que foi um equívoco.

GOLPE DERROTADO.
PH de Noronha. Máquina de Livros (320 páginas, 49 reais)

Golpe

Em 10 de dezembro de 2018, dia da diplomação de Jair Bolsonaro, aconteceu o meu sequestro, é assim que eu chamo. Eu nunca tinha sido levado para prestar esclarecimentos e estava em pleno exercício do mandato conferido por milhares de cidadãos. Apenas três horas após minha prisão, a extrema-direita entrou com um pedido de *impeachment* e de novas eleições em Niterói, porque o meu vice havia sido eleito deputado e renunciado à vice-prefeitura. O autor da denúncia citava trechos da denúncia que estava em segredo de Justiça. Trechos sobre os quais eu só tive conhecimento uma semana depois. Mas o TJ, por 6 a 1, reverteu essa decisão monocrática e eu voltei ao mandato no início de 2019.

Crise no Rio

Vivemos a pior crise econômica e social da história do Rio de Janeiro, com fome, desemprego e falta de perspectiva. Há violência e domínio de territórios pelas facções criminosas, seja o tráfico de drogas, sejam as milícias, um empobrecimento brutal da sociedade e do Estado. Nos últimos 30 anos, o Rio teve a maior perda proporcional de presença no PIB brasileiro, 35%. Éramos o segundo estado em número de empregos na indústria de transformação. Hoje somos o sétimo. Mais de 80% do petróleo é produzido no Rio, mas 80% da cadeia produtiva de Óleo & Gás é contratada fora do estado, e até mesmo do Brasil. A prioridade deve ser a geração de emprego e renda e o investimento pesado

"Nunca fui ouvido", diz o ex-prefeito de Niterói

na educação em tempo integral e no ensino técnico profissionalizante. Nisso concentrarei os meus esforços.

Cláudio Castro

O atual governador caiu de paraquedas, faz um governo sofrível. A situação da eleição no Rio é muito diferente da situação nacional, onde há a consolidação de uma polarização, tornando mais difícil a construção de uma candidatura alternativa, embora isso não seja impossível. No Rio, as pesquisas indicam que Cláudio não tem a força que o Bolsonaro tem e que o Marcelo (*Freixo*) não tem a força que o Lula tem. Evidentemente, o atual governador não pode ser subestimado, porque tem a máquina e esse alívio momentâneo da venda da Cedae (companhia de saneamento).

Ciro Gomes

A candidatura de Ciro tem cumprido o seu papel no debate de um projeto nacional de desenvolvimento, colocando o dedo na ferida dos temas sensíveis relacionados à redução das desigualdades e à desindustrialização do Brasil. Evidentemente, a gente não concorda com tudo do ponto de vista das posturas, mas o Ciro tem cumprido um papel fundamental de alerta ao País e tem uma trajetória notável como ministro e governador de estado. Eu tenho um profundo respeito pelo Ciro.

Lula

Lula foi o presidente que colocou o povo no centro das agendas políticas do País, que compreende profundamente os valores e os sentimentos dos brasileiros e que desenvolveu projetos importantes, como o acesso dos pobres e dos negros às universidades. Implementou estratégias de proteção social, como os programas de transferência de renda. Isso é uma conquista extraordinária. Eu conheço o presidente Lula há muito tempo e acho que nós temos de manter o diálogo das forças democráticas para alertar a sociedade brasileira sobre as graves ameaças ao País e à democracia que representaria a continuidade do governo Bolsonaro. Acredito no esforço do diálogo porque, acima dos nossos interesses políticos e partidários e de nossas vaidades individuais, deve estar aquilo que Brizola chamava de Fio da História. Ele nos coloca diante da responsabilidade de evitar a continuidade dessa tragédia econômica, social e institucional que é o governo Bolsonaro.

Eduardo Leite

Nesse processo é preciso ter a habilidade de dialogar com o conjunto das candidaturas presidenciais que estão no campo democrático de oposição a Bolsonaro. O governador Eduardo Leite, sendo candidato a governador pelo PSD, evidentemente terá também lugar, porque nós vamos abrir o palanque para o presidente Lula. Nosso candidato do PDT é o Ciro e acreditamos que a recuperação deste cenário de terra arrasada no Rio vai exigir a conjugação de esforços de amplos setores sociais e políticos. Esse objetivo da aliança vai ser alcançado e manteremos o diálogo com as forças políticas no plano nacional. O mais importante é a gente ter um governo com perfil democrático e desenvolvimentista comandando o Brasil a partir de janeiro de 2023. •

ADRIANO VIZZONI/FOLHAPRESS

Cada um por si

WEBINAR Com o MEC sequestrado por interesses escusos, cada estado teve de encontrar sua própria solução para lidar com a pandemia nas escolas

Um dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19 no Brasil, a educação enfrenta grandes dificuldades para se recuperar e representa um dos maiores desafios para os gestores públicos. O tema esteve no centro das discussões de mais uma edição do Diálogos Capitais, promovido por *CartaCapital*, com apoio técnico do movimento Todos pela Educação e patrocinado pela Faber-Castell. O Webinar "Educação Básica: Caminhos para a Retomada", transmitido ao vivo pelo canal da revista no YouTube na terça-feira 22 e compartilhado pelo portal Terra, foi dividido em duas mesas. A primeira, mediada pelo redator-chefe da revista, Sergio Lirio, contou com a presença dos governadores Paulo Câmara, de Pernambuco, e Camilo Santana, do Ceará, além da secretária-adjunta de Educação do Maranhão, Nádya Dutra. No segundo debate, Priscila Cruz, do Todos pela Educação, recebeu os professores Gregório Grisa, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, e Zara Figueiredo, da Universidade Federal de Ouro Preto. Binho Marques, ex-governador do Acre, e Rozana Barroso, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), também participaram.

Pernambuco, Ceará e Maranhão tornaram-se referências na superação de problemas na educação pública, mas reconhecem a dificuldade para retomar o nível de qualidade depois do estrago provocado pela pandemia. Em Pernambuco, para minimizar o impacto da disseminação do Coronavírus nesses dois anos, o governo Paulo Câmara decidiu manter a distribuição de merendas escolares por meio de um cartão-alimentação oferecido às famílias dos alunos. Na tentativa de não interromper o ano letivo, foram distribuídos *tablets* aos estudantes e *notebooks* aos professores, itens indispensáveis para as aulas remotas. No fim de 2021, as escolas pernambucanas voltaram às aulas presenciais e abrigaram campanhas de vacinação de crianças contra a Covid-19.

No Ceará, as soluções encontradas foram parecidas. O governo Camilo Santana distribuiu equipamentos aos alunos e professores para garantir o acesso às aulas virtuais, além de ter criado o "*chip* conectividade", uma plataforma digital voltada para o ensino *online*. No Maranhão, o governo Flávio Dino implantou a plataforma Gonçalves Dias e distribuiu mais de 200 mil *chips* aos alunos. Para a secretária-adjunta de Educação Nádya Dutra, a maior dificuldade foi a ausência de uma coordenação nacional que desse suporte aos estados e garantisse o que determina a Lei de Diretrizes de Base. "Isso deixa um passivo educacional difícil de sanar, com graves consequências", destacou.

> **Ceará, Maranhão e Pernambuco investiram pesado para manter os alunos conectados às aulas remotas**

Apesar das dificuldades, o protagonismo dos três estados no campo da educação mantém-se e o motivo disso é o fato de os projetos da área serem tratados como política de Estado, e não de governo. Muitos foram transformados em lei e perpassam várias gestões. No caso de Pernambuco e Ceará, um ponto que facilitou a continuidade é que os grupos políticos locais estão no poder há quase 16 anos, o que facilita a manutenção desses projetos. Esses dois estados foram modelos para o Maranhão na implantação do programa "Escola Digna", iniciado em 2015, primeiro ano do governo Flávio Dino, que em 2019 se transformou em lei. "O retrato inicial foi a substituição de um cenário drástico, com escolas inadequadas. A estrutura é muito importante não só para os estudantes, mas para estimular os docentes. Além disso, investimos na valorização, na formação dos professores e na profissionalização da gestão", explica Dutra.

No debate, Câmara defendeu a escola em tempo integral e ressaltou que Pernambuco foi o primeiro estado no Brasil a universalizar o modelo no Ensino Médio, saltando de oito unidades, em 2007, para 540 hoje. O projeto contribuiu para o estado ter os melhores indicadores do País em 2016 e continuar no *ranking* dos três melhores. "A cada ano melhoramos a nota do Ideb", diz o governador, reconhecendo ser preciso melhorar mais ainda a nota, que hoje está em 4,5.

Enquanto Pernambuco se destaca no Ensino Médio, no Ceará o carro-chefe é

o Ensino Fundamental. Em 2007, apenas 39% das crianças estavam alfabetizadas na idade certa e hoje esse índice chega a 94%, levando o Estado a alcançar o primeiro lugar no País nas séries finais na categoria e o terceiro nas séries iniciais, segundo o Ideb. De acordo com Santana, das cem melhores escolas de Ensino Fundamental, 79 estão no Ceará, resultado de um projeto educacional iniciado pelo ex-governador e hoje senador Cid Gomes, e continuado pela gestão dele. "Esse resultado não aparece de uma hora para outra. É preciso acom-

Visões. Os governadores Paulo Câmara, de Pernambuco, e Camilo Santana, do Ceará, criticam a omissão do governo federal. Nádya Dutra relata a experiência do Maranhão

FELIPE BARROS/PREFEITURA DE ITAPEVI, REDES SOCIAIS E RENATO STOCKLER/NA LATA

Proteção. As escolas participaram da campanha de vacinação contra a Covid

panhamento, inovação, sempre procurando melhorar", salienta o governador, lembrando que Cid levou para o Estado a experiência que implantou no município de Sobral, onde foi prefeito.

Além de investir na Educação Fundamental, outro projeto cearense de destaque é o "Mais Infância", uma ação de transferência de renda que atende 150 mil famílias para assistir crianças nos primeiros anos de vida. O governo também recorre à redistribuição do ICMS para ajudar os municípios a investirem em creches para os pequenos. Sobre as escolas em tempo integral, o Ceará conta hoje com 60% nesse formato e tem como meta alcançar 100% até 2026. Para isso, está reformando as atuais e construindo novas unidades verticalizadas. "É muito importante ter um ambiente escolar que estimule a permanência dos alunos. A grande política que este país precisa é abraçar a universalização do ensino em tempo integral em todas as etapas do ensino."

Outros programas são o "Avance" e o "Estudar Fora". O primeiro atende universitários que precisam se deslocar para outras cidades para fazer uma graduação. Eles recebem uma bolsa de meio salário mínimo no primeiro ano da faculdade. O segundo oferece cursos de língua estrangeira para alunos de escolas públicas e os mais bem pontuados recebem uma bolsa para fazer intercâmbio em outro país. O projeto foi inspirado no "Ganha o Mundo", de Pernambuco, que desde 2007 oferece bolsas para alunos de escolas públicas estudarem no exterior, tendo beneficiado mais de 8 mil estudantes.

"Defendemos políticas públicas com *status* de leis, com metas, indicadores e controle social. A educação abrange a sociedade como um todo e, quando temos uma rede forte, ela incorpora essa política e reage a qualquer tentativa de desmonte ou negacionismo", ressalta o governador de Pernambuco. "A educação é o caminho para construirmos uma sociedade mais justa, mais humana e solidária. É preciso um maior pacto para que este país possa construir mais oportunidades para todos, independentemente de questões ideológicas e partidárias, uma força-tarefa para olhar a educação como prioridade e oferecer um futuro à nossa juventude", acrescenta o governador do Ceará. "É necessário um conjunto legal e a população tem de se apropriar dos resultados da educação pública, para que ela a defenda como responsável pelo desenvolvimento e melhora de vida de todos e de todas", conclui a secretária-adjunta de Educação do Maranhão.

No segundo momento do Webinar, os palestrantes reforçaram a necessidade de se investir numa educação pública de qualidade. A presidente-executiva do "Todos pela Educação", Priscila Cruz, começou elencando os retrocessos na área de educação no governo Bolsonaro e considerou o ministro Milton Ribeiro o pior de toda a história. Dentre os vários descalabros provocados por Ribeiro, o mais recente

é a denúncia de que ele teria facilitado a ação de dois pastores dentro do MEC, que atuam como lobistas, intermediando encontros de prefeitos com o ministro em troca de propina *(leia mais à pág. 16)*.

"O tamanho do buraco cavado na educação pública brasileira é gigantesco e a gente vai precisar de muita união e trabalho para conseguir reconstruir e construir novas bases para a educação pública", observou Cruz. Rozana Barroso, presidente da Ubes, relatou a experiência dela e o quanto a educação mudou sua vida e da sua família. Ela foi a primeira da família a entrar numa universidade, depois de ter trabalhado como camelô, graças ao incentivo da mãe, que era empregada doméstica.

"A escola é o primeiro e principal instrumento de transformação. Mas, neste momento, com o agravamento da desigualdade, a falta de diálogo e a existência de um Ministério da Educação que não recebe o movimento educacional, temos um dos piores cenários para a nossa geração, que nunca viu tanto ataque", disparou Rozana, fazendo duras críticas ao governo Bolsonaro por não ter garantido a infraestrutura necessária aos alunos de escolas públicas durante a pandemia. "Onde a escola não está presente, o que é apresentado para a juventude brasileira da periferia? É a morte. O que acontece com a educação é uma tentativa de tirar uma perspectiva de vida dessa juventude."

A professora Zara Figueiredo abordou

O próximo governo não pode se esquivar do debate sobre o subfinanciamento da educação pública, diz Gregório Grisa

a questão da equidade na educação pública e a desigualdade racial em sala de aula. Ele destacou o silenciamento existente no sistema educacional em relação às diferenças raciais, acentuando a injustiça social no País. "Se a provisão de um determinado bem social faz com que algumas pessoas tenham vantagem sobre as outras, como é o caso da educação, o Estado precisa lidar com a equidade. Se esse bem dá posições diferenciadas dentro da sociedade, é preciso que se avance em relação às políticas universais. Precisamos de um princípio de justiça corretiva", diz, salientando que a educação é um direito de todos.

O ex-governador do Acre, Binho Marques, citou o educador Paulo Freire para defender a construção de uma educação pública que prepare o jovem para a vida e que reverbere numa sociedade mais justa e produtiva. "O Brasil estava no caminho certo. Agora, após o governo Bolsonaro, temos muito a reconstruir", defendeu, citando o desmonte das políticas inclusivas e os cortes no orçamento da educação. "O Ministério da Educação virou um balcão de negócios. O MEC foi destruído, acabou a inteligência da pasta."

O professor Gregório Grisa propôs um pacto educacional em oposição ao que está em curso. Ele começou defendendo um projeto voltado para atender as crianças na primeira infância, com garantia de creches de qualidade em todo o País. Depois ressaltou a importância da valorização do magistério, do incentivo aos jovens para se interessarem pela docência. Defendeu ainda um maior investimento na alfabetização, oferecendo infraestrutura para que as escolas possam priorizar esse aspecto, e a ampliação da educação profissionalizante integrada ao Ensino Médio.

Por fim, Grisa chamou atenção para a necessidade de se discutir o subfinanciamento do setor. "A educação vem perdendo recursos ano após ano, desde a aprovação do Teto de Gastos. Precisamos entender que investimento em educação e ciência tem de ser progressivo. É preciso um pacto pela aprendizagem, não só pela pandemia, mas pela desigualdade existente." Priscila Cruz concluiu o Webinar conclamando a sociedade a eleger um governo que valorize a educação e pedindo para que o novo presidente, no primeiro dia de governo, convoque governadores e representantes do setor para selar um pacto pela educação. "A gente precisa de um presidente da República que inaugure o novo governo, colocando a educação como direito, como um eixo estruturante do País." •

- Por Fabíola Mendonça.

Desmonte. Zara Figueiredo, Binho Marques, Rozana Barroso e Gregório Grisa enfatizam a necessidade de reconstruir a educação pública após Bolsonaro

Outras saídas

SANÇÕES O bloqueio à Rússia prejudica também a União Europeia e aumenta o poder do Oriente no jogo geopolítico

POR CARLOS DRUMMOND

Concluir, em relação à guerra na Ucrânia, que a Rússia está economicamente isolada e basta os Estados Unidos e seus aliados aumentarem as sanções para Vladimir Putin ser derrotado talvez seja um dos erros mais graves da análise predominante sobre o conflito. A interpretação é equivocada por não levar em conta a situação preexistente da Rússia, que desde a guerra com a Geórgia em 2008 e a anexação da Crimeia em 2014 enfrenta punições econômicas impostas pelos EUA e construiu uma forte articulação com países da Ásia e da África para sobreviver ao cerco ocidental, dizem economistas e especialistas em relações internacionais do País e do exterior. "O resultado da reunião extraordinária da Assembleia-Geral da ONU, realizada em 2 de março, que aprovou uma resolução contra a invasão russa da Ucrânia, requer um exame cuidadoso. Na votação, 141 países se posicionaram contra a ação da Rússia, mas 35 se abstiveram e 5 votaram a favor, e outros 12 países não participaram", enumera William Nozaki, coordenador técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Os 40 países que votaram a favor da Rússia ou se abstiveram, diz, respondem pela produção de mais de 29 milhões de barris de petróleo por dia, o que é mais da metade da produção sob a influência dos países que votaram contra, como mostram dados de 2020, da British Petroleum.

Entre os expressivos 141 votos anti-Rússia e os óbvios 5 votos, prossegue Nozaki, há uma área intermediária de abstenções e isenções que merece exame detalhado. O presidente russo contou com a neutralidade de países importantes como Índia, China e África do Sul. O único dos BRICS a votar contra foi o Brasil. Além disso, países importantes na África, na Ásia e no Oriente Médio declararam-se neutros. Trata-se de um conjunto significativo em território, população e recursos estratégicos. No trabalho intitulado "Acordos energéticos e militares bloqueiam o isolamento da Rússia", publicado pelo Ineep, Nozaki e Rodrigo Leão, também coordenador-técnico da entidade, esmiúçam a rede de interesses econômicos e geopolíticos que ancora a posição russa.

A preparação da Rússia para fazer frente ao cerco ocidental começou há mais de 20 anos. "A guerra com a Geórgia em 2008 e a anexação da Crimeia em 2014 abriram as portas para sanções econômicas lideradas pelos EUA destinadas a punir a Rússia por suas ações. Essas sanções, quando combinadas com medidas semelhantes dos EUA contra o Irã, forçaram a Rússia a enfrentar a realidade de que a era da associação econômica irrestrita com o Ocidente estava terminando", destaca Scott Ritter, inspetor-chefe de armas da ONU no Iraque de 1991 a 1998, no artigo "The Great Decoupling: How Western Sanctions Are Pushing Moscow East", publicado na newsletter *Energy Intelligence*.

> **Parcerias com a China e outros países antes da invasão fortalecem a posição do Kremlin**

Na antevéspera da guerra, a Rússia reforçou suas conexões não ocidentais. Sobressai, segundo Nozaki, o conjunto dos 28 acordos firmados no fim do ano passado com a Índia envolvendo os setores energético e naval, com metas anuais de 30 bilhões de dólares em fluxo comercial e de 50 bilhões em fluxo de investimento, com desembolsos previstos em rublos e rúpias e transações fora do sistema Swift, entidade que realiza transações bancárias internacionais em mais de 200 países. Nos acordos com a Índia, entre outros, a Rússia certamente se preparava para um bloqueio dos seus bancos nessa interface financeira, o que iria acontecer no início de março, mas com eficácia apenas parcial. Na cúpula de Bruxelas realizada no fim do mesmo mês, vários países, entre eles Alemanha, Áustria e Hungria, manifestaram receio dos possíveis efeitos de uma interdição financeira sobre o suprimento de gás russo. Acrescente-se que, ainda que houvesse suspensão total dos bancos russos no Swift, há o exemplo do Irã, que encontrou maneiras de sobreviver após ter sido bloqueado nesse sistema em 2012.

Entre os numerosos exemplos de expansão econômica rumo ao Oriente, destaca-se a construção do gasoduto que completará a ligação para fornecer até 50 bilhões de metros cúbicos de gás natural à China, segundo contrato assinado em

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 42
Análise. O Brasil precisa reestruturar a política de proteção social

Rotas diferentes. As sanções do Ocidente empurram a Rússia de Putin para o outro lado. Redirecionar a distribuição de gás para o Oriente é uma das consequências

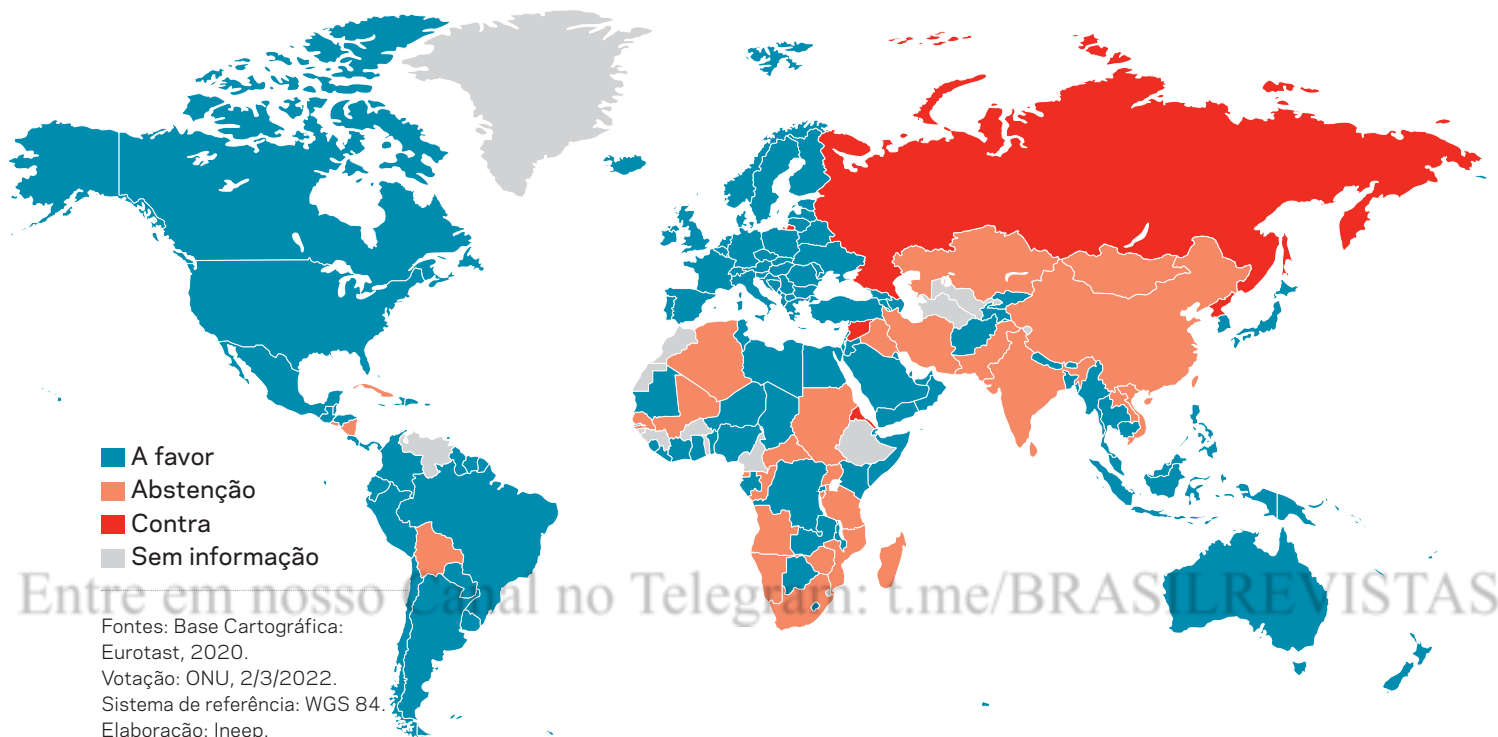
PRESIDÊNCIA DA RÚSSIA E ISTOCKPHOTO

fevereiro. O contrato foi assinado pouco depois da sanção alemã ao gasoduto Nord Stream 2, projetado para transportar gás à Alemanha. Outro contrato acaba de ser assinado com o Paquistão. "Eles estão se preparando para uma intensificação das sanções econômicas. Rumam em direção ao epicentro geoeconomicamente novo no Oriente, que orbita ao redor da China, por terem ali imenso espaço onde é possível realizar um conjunto de substituições de oferta dos recursos naturais antes entregues à Europa e ao restante do Ocidente, agora redirecionados para o Oriente Médio, a Ásia e uma parte da África", ressalta Nozaki. Com a África do Sul, a Rússia firmou um acordo que prevê a construção de oito reatores para as usinas de energia nuclear do país. É o primeiro projeto de alta tecnologia da Rússia desenvolvido no continente africano, entre as estatais Rosatom, russa, e Eskom, sul-africana, com um investimento de 40 bilhões de dólares. Além disso, o Kremlin assinou um acordo estratégico com a Arábia Saudita para a criação de dois fundos de investimento no domínio energético e de tecnologia, com 1 bilhão de dólares cada.

De eficácia relativa para encurralar a Rússia, as duras sanções econômicas e financeiras desencadeadas pelo Ocidente mostram, entretanto, efeitos colaterais adversos para os próprios participantes do bloqueio. Bloqueios à importação de gás e carvão podem afetar muito mais os compradores europeus do que o país exportador. De acordo com dados da BP, em 2020, a Rússia respondia por quase metade das importações de gás natural e carvão para a Europa e por um quarto das compras de petróleo. Segundo o economista Rüdiger Bachmann, da Universidade de Bonn, a substituição, na Alemanha, do gás usado para a produção de eletricidade por carvão ou energia nuclear bem como o reabastecimento das instalações de armaze-

VOTAÇÃO DA RESOLUÇÃO DA ONU CONTRA A INVASÃO RUSSA DA UCRÂNIA, POR PAÍS

Com acordos de cooperação energética e militar, a Rússia retomou sua capacidade de influenciar e impor seus interesses ao Ocidente

Fontes: Base Cartográfica: Eurotast, 2020.
Votação: ONU, 2/3/2022.
Sistema de referência: WGS 84.
Elaboração: Ineep.

Contra: Bielorrússia, Coreia do Norte, Eritreia, Rússia e Síria

Abstenção: Argélia, Angola, Armênia, Bangladesh, Bolívia, Burundi, Rep. Centro-Africana, China, Congo, Cuba, El Salvador, Guiné Equatorial, Índia, Irã, Iraque, Cazaquistão, Quirguistão, Laos, Madagascar, Mali, Mongólia, Moçambique, Namíbia, Nicarágua, Paquistão, Senegal, África do Sul, Sudão do Sul, Sri Lanka, Sudão, Tajiquistão, Uganda, Tanzânia, Vietnã e Zimbábue.

namento durante o verão só podem reduzir o déficit para cerca de 30% do consumo de gás ou 8% do consumo de energia nos próximos 12 meses. A Europa corre o risco de ficar exposta também a um déficit crônico de fornecimento de diesel, que pode levar ao racionamento desse combustível, alertaram executivos das maiores *traders* independentes de petróleo do mundo na terça-feira 22 na Cúpula Global de *Commodities* do *Financial Times*.

Leão e Nozaki afirmam, no artigo mencionado, que por conta de uma convergência energética criada com outros grandes *players* do setor e de uma aliança militar realizada com vários países em desenvolvimento e devido também à parceria estratégica com a China, esse talvez seja o momento de maior fortalecimento da Rússia no cenário internacional desde as guerras da Chechênia, em 1999, e da Geórgia, em 2008. Quando das tensões na Criméia, acrescenta Nozaki, houve uma pressão muito maior, inclusive para atrasar as obras do NordStream 2, o que seria altamente prejudicial à Rússia. "As sanções financeiras dos EUA contra a Rússia não vão funcionar", dispara Chen Jing, vice-presidente da Sociedade para a Ciência, Tecnologia e Tendências Estratégicas, de Pequim, na publicação *Vozes da China*. O bloqueio, diz, causará um golpe na economia russa no curto prazo, mas, no longo, terá efeito contrário, pois conduzirá à formação de um sólido triângulo de cooperação regional entre a China, a Rússia e o Irã na Eurásia.

"Os Estados Unidos e o G-7 alimentam o sonho de que vão estrangular econômica e financeiramente um país do tamanho da Rússia, mas é utópico pretender o isolamento da segunda maior potência militar do mundo, que tem o maior território, o segundo arsenal nuclear, constitui a maior potência energética e é hoje uma das maiores produtoras de grãos e alimentos", sublinha José Luis Fiori, professor titular de Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Transtornos contemporâneos

▶ A guerra infinita e o fim da sociedade sob o capitalismo financeiro

Laura, enfermeira do popular Samu, contou que atendia a um chamado na capital paulista para socorrer um idoso que passava mal. Familiares do paciente a receberam.

A senhora do idoso ficou meio desesperada e gritou: "E agora, filho? Ela é negra". O filho respondeu: "Tudo bem, mamãe. Ela está usando luvas".

O episódio de racismo escancarado me instigou a recorrer às manifestações recentes do filósofo italiano Franco Bifo Berardi e da analista sênior do Institute for New Economic Thinking, Lynn Parramore. Bifo Berardi e Lynn Parramore dedicam-se ao estudo das relações entre cultura, economia e formação de subjetividades no capitalismo que hoje assola a humanidade.

A dupla arriscou a pele ao se embrenhar nos labirintos das sociedades em que tentamos sobreviver. Escrevi labirintos porque os caminhos oferecidos pelas visões dominantes indicam direções que não levam a lugar algum. Servem apenas para a incompreensão das angústias que afligem hoje a vida humana.

Vou abrir a catadupa de transtornos com as considerações de Lynn Parramore. Ela informa que um estudo da Faculdade de Medicina da Universidade Johns Hopkins desvendou condições angustiantes, como depressão grave, transtorno bipolar, esquizofrenia e transtorno obsessivo-compulsivo, entre as principais causas de incapacidade na sociedade americana.

"Mesmo antes da pandemia, mais de um quarto dos adultos americanos era acometido por transtorno mental. Em 2020, as taxas globais de depressão e ansiedade subiram mais de 25%, devastando especialmente mulheres e jovens. Médicos americanos declararam estado de emergência para as crises de saúde mental entre as crianças. E todo esse sofrimento mental alimenta doenças físicas, como derrame, doenças cardíacas, diabetes e artrite."

Em entrevista recente, Berardi nos diz que a dimensão da empatia, da amizade, está a sofrer a destruição promovida pelo capitalismo financeiro. "Mas atenção, diz o filósofo, "não acredito numa vontade maléfica". Para Bifo Berardi, os processos tecnológico e econômico geraram, simultaneamente, o capitalismo financeiro e a aniquilação digital da presença do outro. "Nós desaparecemos do campo da comunicação porque quanto mais comunicamos menos presentes estamos – física, erótica e socialmente falando – na esfera da comunicação." O capitalismo financeiro, continua Berardi, assenta no fim da amizade. "A tecnologia digital é o substituto da amizade física, erótica e social através do Facebook, que representa a permanente virtualização da amizade. Agora diz-se que é preciso 'consertar o Facebook'. O problema não está em 'consertar' o Facebook, mas sim em 'consertarmo-nos' a nós. Precisamos de regressar a algo que o Facebook apagou."

No espaço social constituído sob as ordens do capitalismo financeiro, existem apenas indivíduos, empresas e países competindo e lutando pelo lucro. Assim, foi proclamado o fim da sociedade e o início de uma guerra infinita. A competição é a dimensão econômica da guerra. Quando a competição é a única relação que existe entre as pessoas, a guerra passa a ser o "ponto de chegada", o culminar do processo. Berardi desconfia que, em breve, "acabaremos por assistir a algo que está para além da nossa imaginação..."

Para o filósofo, a solidariedade é a maior ameaça para o capitalismo financeiro. "A solidariedade é o lado político da empatia, do prazer de estarmos juntos." E quando as pessoas gostam mais de estar juntas do que de competir entre si, isso significa a derrocada do *ethos* abrigado na alma do capitalismo financeiro.

Berardi garante que não há pensamento crítico sem amizade. Para ele, o pensamento crítico só é possível mediante uma relação lenta, paciente e afetuosa com a ciência e com as palavras.

"O pensamento crítico só é possível quando conseguimos ler um texto duas vezes e repensar o que lemos para podermos distinguir entre o bem e o mal, entre verdade e mentira. Quando o processo de comunicação se torna vertiginoso, assente em multicamadas e extremamente agressivo, deixamos de ter tempo material para pensarmos de forma emocional e racional. Ou seja, o pensamento crítico morreu! É algo que não existe nos dias de hoje, salvo em algumas áreas minoritárias, onde as pessoas podem se dar ao luxo de ter tempo e de pensar."

Diz bem Lynn Parramore: a sensação de precariedade nunca desaparece. Em vez disso, coletivamente, compartilhando os riscos da vida, estamos cada vez mais sobrecarregados com os pesados fardos de existir em um mundo extremamente complexo. Somos indivíduos solitários, lutando para permanecer à tona, não importa qual seja a nossa situação. A maioria de nós é forçada a lutar em uma luta implacável e competitiva por recompensas: jogos vorazes, jogos de *status*, jogos de poder. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Amadorismo insustentável

DESENVOLVIMENTO O Brasil precisa reorganizar a sua política de proteção social, ajustando-a ao século XXI

POR RÔMULO PAES DE SOUSA E TEREZA CAMPELLO*

Nos últimos dois anos, duas grandes crises têm afetado a vida dos mais pobres. O brutal impacto econômico da Covid-19 e o já evidente efeito da invasão da Rússia à Ucrânia sobre o acesso aos alimentos e combustíveis indicam como o Brasil carece de diretrizes claras de proteção social.

A pandemia nos revelou um governo errático e pedestre na abordagem dos principais problemas sociais advindos da crise planetária provocada pelo novo Coronavírus. Em 2020, o substantivo e necessário volume de recursos investido para mitigar os efeitos da crise, em especial o Auxílio Emergencial, não foi vinculado à adesão às medidas básicas de prevenção da doença.

Em uma narrativa tão insistente como descolada do consenso acadêmico, o presidente incentivou o desrespeito às medidas de restrição de mobilidade, constituiu-se como a referência dos que recusam as máscaras de proteção, incentivou o uso de medicamentos comprovadamente ineficazes e desestimulou o uso de vacinas, sobretudo entre crianças de 6 a 11 anos.

O Brasil afundou-se com muitos casos, muitas internações e um absurdo número de mortes evitáveis por Covid-19. Em 2021, mesmo com a bem-sucedida campanha de vacinação levada a cabo pelo SUS, o governo federal realizou trapalhadas diversas na aquisição de vacinas, na comunicação contraditória, na frágil governança e no desprezo pela associação da vacina com outras medidas de prevenção.

Bolsonaro nunca teve uma política de proteção social. Suas iniciativas para o setor são claramente instrumentais, voltadas para a obtenção de retorno eleitoral. Na Previdência, sua gestão será marcada pelo favorecimento aos militares. Na Saúde, sua política se notabilizou pelo desfinanciamento, momentaneamente interrompido pelas demandas da pandemia. Neste ano de eleições, é na assistência social que o governo busca de forma improvisada, sem sustentabilidade fiscal, pavimentar a sua continuidade no governo.

O conflito armado no Leste Europeu provoca uma crise na provisão de *commodities* para os mercados de todo o mundo. Os dois países diretamente envolvidos, seja pela invasão (Ucrânia), seja pela retaliação provocada pelo Ocidente (Rússia), ficam totalmente ou parcialmente impedidos de fornecer produtos agrícolas, minerais e derivados do petróleo. Nações emergentes, como o Brasil, veem seus impactos na mesa e nas bombas de combustível. Enquanto Bolsonaro insulta a Petrobras, os pobres sofrem com a alta inflação.

> As iniciativas de Bolsonaro são instrumentais, voltadas para o retorno eleitoral

Ampliar e modernizar a rede de assistência social é indispensável

Não existem Estados modernos sem crises. Contudo, há grandes diferenças no tempo e no espaço sobre a competência que os governos possuem para lidar com elas. No Brasil, nos saímos melhor no enfrentamento da crise financeira global de 2008 e no enfrentamento da pandemia do H1N1, em 2009. Pelo fato de

dispor de políticas robustas, um modelo de proteção organizado e respostas em sintonia com o conhecimento científico acumulado, o País foi capaz de restituir os níveis de bem-estar anteriores à crise e de avançar na melhora das condições de vida dos mais vulneráveis.

Desde a Constituição de 1988, a proteção social no Brasil vinha sedimentando a organização de um sistema de políticas públicas abrangente, articulado e integrado às melhores práticas do planeta. O governo Bolsonaro interrompe essa trajetória, reduzindo a proteção social a uma implementação desconexa – e monetizada – de ações que tendem a ser pouco inclusivas e lançar os mais pobres na incerteza de um modelo de políticas públicas sem continuidade nem sustentabilidade. Para os mais pobres, são igualmente assustadoras as agruras do presente e as incertezas do futuro.

RAIMUNDO PACCÓ/AFP

As principais crises do século XXI nos têm trazido ensinamentos e revelado os nossos grandes déficits. O Brasil precisa reorganizar a sua política de proteção social, ajustando-a às demandas do nosso tempo. A primeira grande transformação provocada pela pandemia é o uso intensivo de tecnologia no dia a dia nas esferas social e privada. Na proteção social, o uso intensivo de tecnologia pode aumentar: **1.** O nosso conhecimento sobre os usuários dos bens e dos serviços providos. **2.** A comunicação com e entre gestores e usuários. **3.** A transparência. Dessa forma, teríamos políticas mais ajustadas às necessidades dos usuários em seus contextos locais e para prevenir a opacidade sobre a execução das políticas públicas que hoje vigoram sob a forma de apagão de dados dos programas de assistência social.

As múltiplas e complexas vulnerabilidades sociais vividas por uma parcela expressiva da população demandam abordagem multidimensional e integrada, articulando as dimensões social, ambiental e econômica. Uma abordagem que seja consistente com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A Agenda 2030, como é conhecida, é fortemente inspirada nas políticas sociais e ambientais brasileiras, mas que o governo Bolsonaro optou por ignorar. O desafio será articular os novos mecanismos de proteção social e laboral às oportunidades postas para avançar na transição ecológica, economia e empregos verdes.

As políticas sociais brasileiras, em especial as de proteção social, requerem um modelo sustentável de financiamento, o que implica rever o modelo regressivo de tributação, evitar a evasão fiscal e a alocação ineficaz de recursos públicos. O Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) não vivenciaram a plena implementação de seus modelos. É urgente que se ampliem e modernizem suas redes de serviços. Carecemos ainda de melhorar a contratualização e aumentar a qualificação da força de trabalho desses dois sistemas.

Neste contexto de crises sobrepostas e forte pressão do calendário eleitoral, a tarefa mais urgente é recuperar o sentido republicano das ações governamentais: impessoal, racional e equânime. Talvez isto seja pedir demais para o presente. Talvez esta seja a tarefa do futuro imediato: recuperar a credibilidade do governo federal e de suas políticas públicas.

Rômulo Paes de Sousa é pesquisador titular da Fiocruz Minas, foi secretário-executivo do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tereza Campello é titular da cátedra Josué de Castro da USP, foi ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Capital S/A

NEGÓCIOS E FINANÇAS EM PÍLULAS

“O CONGRESSO NACIONAL NUNCA ESTEVE TÃO DEFORMADO COMO AGORA”

LULA

Menos petróleo

▶ Agência Internacional de Energia propõe medidas urgentes para reduzir a dependência da Rússia

A lista não foi apresentada por um político “comunista”, muito menos por um ambientalista “radical”. Diante do risco de um “choque global de oferta” de petróleo, caso as sanções contra a Rússia se aprofundem, durem e gerem uma reação de Moscou, ou seja, um corte profundo do abastecimento, a Agência Internacional de Energia propôs dez medidas para reduzir o consumo de combustível. As sugestões incluem a redução de 10 quilômetros por hora na velocidade máxima permitida nas estradas, a proibição da circulação de automóveis aos domingos nas grandes cidades, o estímulo ao compartilhamento de carros e a adoção de três dias de teletrabalho durante a semana. A AIE estima uma economia de 2,7 milhões de barris por dia em quatro meses.

BANCO CENTRAL EUROPEU, RICARDO STUCKERT/ INSTITUTO LULA E ISTOCKPHOTO

SANEAMENTO: POUCO E DESIGUAL

Mais de 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada, segundo estudo do Instituto Trata Brasil. Outros 100 milhões, quase metade do País, estão excluídos do sistema de coleta de esgoto. O instituto apresentou um *ranking* das melhores e das piores cidades e apontou um fosso entre elas. A paulista Santos está no topo do *ranking* de qualidade. Macapá fica na outra ponta.

Mais juros?

A ata do Comitê de Política Econômica, registro da reunião que elevou os juros básicos para 11,75% ao ano, deixa em aberto um aperto fiscal ainda mais duro. O mercado aposta em nova e última elevação da Selic neste ano, de 1 ponto porcentual, mas a piora da dinâmica inflacionária poderia levar o Banco Central a definir a taxa para além dos 12,75% anuais projetados.

Choque

A alta do preço dos combustíveis tende a aumentar a venda de carros elétricos. Bastante incentivados na Europa, os modelos comercializados no Brasil ainda enfrentam uma barreira: o preço, nunca abaixo de 200 mil reais. No País, os carros elétricos representam 2,5% dos emplacamentos.

Impacto

Apesar dos efeitos econômicos inegáveis, o Banco Central Europeu descarta que a invasão da Ucrânia provoque uma estagflação no continente. "Podemos descartar", afirmou Luis de Guindos, vice-presidente do BCE durante evento da Money Review. Guindos projeta um crescimento de cerca de 2% da Zona do Euro neste ano. A inflação permanecerá, no entanto, mais alta por um tempo maior.

NÚMEROS

30 bilhões

de reais é a estimativa de aumento de gastos estaduais por conta de reajustes nos salários de servidores

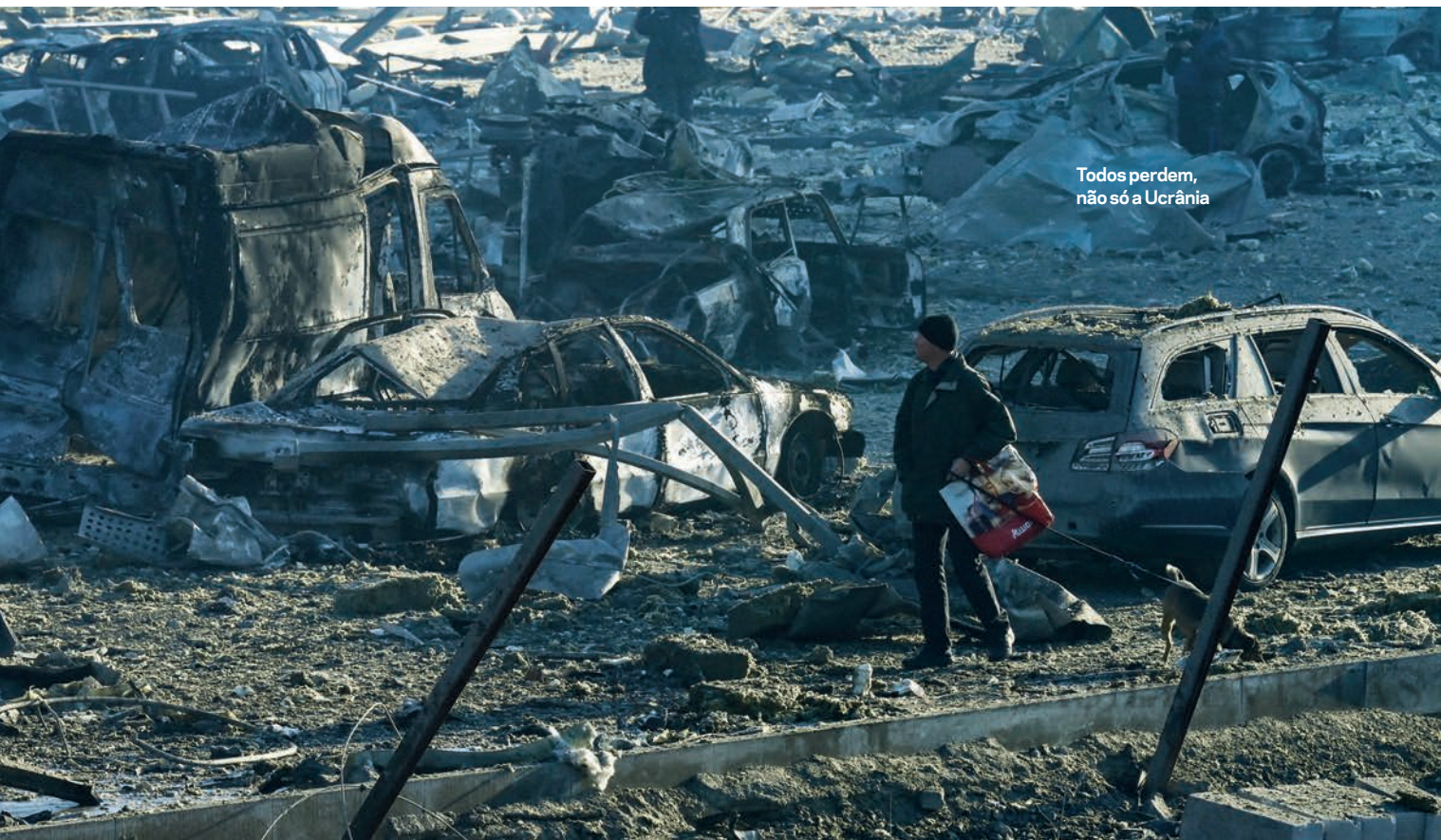
61%

foi a alta do lucro da JBS no quarto trimestre, influenciado por resultados das subsidiárias nos EUA

2 bilhões

de dólares é a quantia retida pelos bancos da construtora chinesa Evergrande, que atrasou a divulgação de uma auditoria

25 bilhões

de dólares é o aumento da recompra de ações anunciada pela Alibaba, gigante chinesa do comércio eletrônico

Todos perdem, não só a Ucrânia

A grandeza da paz

ANÁLISE No meio do inferno da guerra, o gesto mais corajoso é lutar por um acordo que encerre o conflito

POR JOSÉ SÓCRATES*

Esta guerra, todas as guerras, é uma escalada de horror, de violência e de morte. Enquanto decorrem parecem não admitir outras palavras que não sejam de ódio e de vingança. Esta é a armadilha – no momento em que mais são necessárias palavras de paz, nada parece permitido senão o discurso da retaliação. O discurso de paz é covarde, o da desforra é o único possível. E, no entanto, é preciso voltar a dizer que a paz vai exigir mais coragem do que continuar a fazer a guerra. No meio do inferno da guerra, a verdadeira grandeza é a de lutar pela paz.

A primeira coisa que não me agrada no discurso ocidental é que parece estar a se consolidar um ambiente intelectual que nada admite que seja dito, além da condenação sem reservas da agressão russa. Condene e cale-se. Deixe o resto conosco. Nada de contexto e, sobretudo, nada de vacilar na retórica belicista de contra-ataque. Nos Estados Unidos, alguns estrategistas da política externa não perderam tempo: "Vem aí uma nova ordem de desordem" e "Se nada fizermos, a desordem instalar-se-á". Claro está que nesta linha o presidente Joe Biden é um covarde e a sua liderança, ao se recusar a entrar

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 48
The Observer. Terá Joe Biden um plano a apresentar ao mundo?

no conflito, está a "liderar por detrás".

Na Europa, o discurso é mais ou menos o mesmo – o momento é de pedir mais armas, mais orçamento de defesa, mais segurança. O projeto de integração política europeu, outrora bem fincado na ideia da política e do direito, sucumbe agora à ideia de que só o poder e a força contam. Num momento de aflição, é desesperante ver a União Europeia entregar-se a uma desenfreada corrida aos armamentos. Que tristeza.

E, no entanto, é preciso falar de paz. As escolhas que terão de ser feitas nos próximos dias serão muito difíceis e acredito que serão especialmente difíceis para os ucranianos. Um cessar-fogo que permitisse uma negociação mais leal parece ser impossível de alcançar. É certo que a neutralidade, que esteve na primeira linha da disputa, parece ser agora o ponto mais fácil de regular num qualquer plano de paz. Mas falta o resto, falta o território, falta a questão da Crimeia e a questão das duas províncias do Donbas. Falta a própria segurança da Ucrânia e, acredito, falta ainda a questão do prolongamento das sanções. No limite, o acordo de paz existirá quando ambas as partes concluírem que os custos da guerra são mais pesados que os sacrifícios que um acordo traria. Mas, do que não há dúvida, é que o preço da paz vai ser pesado. É por isso que falo da coragem da paz.

Por outro lado, o discurso ocidental sobre a guerra da Ucrânia parece também querer fazer cair no olvido todas as guerras de agressão dos últimos 20 anos. Robert Gates, que escreve no *Washington Post,* afirma que "a invasão da Ucrânia por Putin acabou com 30 anos de férias da América da história". É muito difícil perceber quando é que os Estados Unidos tiraram férias da história quando lembramos o Iraque, o Afeganistão, a Líbia, a Síria e o Iêmen. As campanhas da guerra global contra o terror deixaram um rasto de destruição e de caos político em todo o Grande Médio Oriente – mais de 900 mil mortos, segundo os últimos números do "projeto de custos de guerra" da Universidade de Brown.

No ambiente político ocidental, qualquer referência de contexto a estas guerras é tomada como "relativismo moral" ou, pior, como justificação da agressão russa. Não, não é. Pela minha parte, condenei com igual veemência a guerra no Iraque como condenei a invasão da Ucrânia. O que me parece impossível de aceitar é a pretensa superioridade moral de quem apoiou a primeira e condena agora a segunda, impondo, desta vez, o silêncio sobre a primeira. Ambos os casos constituíram violações gravíssimas do direito internacional e em ambos os casos ficaram visíveis os limites do uso da força militar. As duas guerras não foram a continuação da política, mas o falhanço da política. O mesmo é valido para a questão dos refugiados. O exemplar comportamento dos países europeus no acolhimento dos refugiados ucranianos não fará esquecer o fracasso da crise de refugiados das guerras do Médio Oriente. Ao contrário, o contraste ficará mais nítido.

Finalmente, preocupa-me o discurso daqueles que parecem transformar esta tragédia numa oportunidade de regresso ao clima de Guerra Fria. Esta guerra deu-lhes o inimigo de que precisavam e o pretexto para o discurso da exclusão da Rússia da ordem internacional. As sanções, mais do que um instrumento de pressão para acabar com a guerra e obrigar a soluções diplomáticas, parecem caminhar nessa direção – exclusão do sistema financeiro mundial, exclusão do mundo da competição desportiva, exclusão do mundo tecnológico, exclusão do mundo digital. Este caminho acabará por corromper ainda mais a ideia de globalização, caminho esse que estava em movimento.

> No Ocidente, nada se admite além da condenação da Rússia, sem contexto. Condene e cale-se

Não é que o projeto de globalização fosse isento de erros e imperfeições. Nunca foi um projeto perfeito de regulação justa, mas era uma ideia política que apelava à construção de um mundo baseado no direito e na cooperação entre os povos. O que podemos ver no horizonte é o duplo mundo formado por dois blocos – o do eixo Pequim-Moscou (com a Rússia porventura no desconfortável papel de parceiro júnior) e do outro lado o bloco político dos Estados Unidos aliado ao grupo dos países do G-7. Esta nova realidade terá como primeiras vítimas a agenda ambiental e o combate às alterações climáticas em particular. Um mundo de cooperação capaz de produzir bens públicos globais no domínio do comércio justo, no domínio do controle de armamentos e do combate aos fenômenos terroristas parece cada vez mais distante. Não, não acompanho o entusiasmo com que alguns falam dessa "nova ordem". O que vejo nela é a nostalgia da velha ordem da Guerra Fria.

Voltemos ao início. Ninguém ganhará esta guerra. A Rússia vai pagar o preço dessa aventura militar na sua credibilidade como ator político na cena internacional. A Ucrânia pagará o preço que estamos a ver de destruição e caos. Ninguém sairá a ganhar. Depois da guerra, a Rússia continuará a existir e a Ucrânia também. E continuarão a ser vizinhos. O dever da comunidade internacional é facilitar a sua coexistência sem conflitos, não o contrário. Neste momento, coragem é lutar pela paz. •

**Ex-primeiro-ministro de Portugal.*

ARIS MESSINIS/AFP

Qual é o plano, Joe?

The Observer Biden torce pelo fracasso da Rússia, mas não quer sujar as mãos

POR SIMON TISDALL

Ao desembarcar em Bruxelas para uma cúpula de emergência da Organização do Tratado do Atlântico Norte, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, apontou orgulhosamente sua grande conquista durante a crise na Ucrânia: manter a unidade da aliança e ficar fora da guerra. Biden quer que a Rússia perca, seja vista como fracassada, mas falta ação ousada e decisiva para esse fim. A abordagem dos EUA é essencialmente reativa, tática, imparcial. Isso é realmente tudo o que a liderança global norte-americana avessa ao risco tem a oferecer nos dias de hoje?

Como disse o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, ao Congresso dos EUA, armas e sanções não são suficientes. Os temores dos Estados Unidos de uma escalada são bem compreendidos em Kiev, mas suas forças ainda precisam de aviões de combate, proteção aérea e corredores humanitários seguros.

Mais que isso, a população da Ucrânia precisa de uma liderança ocidental eficaz e inspiradora em apoio aos ideais democráticos que Biden defende. Seus filhos morrem a cada dia, enquanto a Otan age como uma sociedade de autopreservação. Eles precisam de um salvador. Eles precisam de um plano.

"Você é o líder de sua grande nação. Desejo que você seja o líder do mundo, o que significa ser o líder da paz", disse Zelenski a Biden, no que soou muito como uma repreensão. O senador republicano Ben Sasse foi mais direto: "Os ucranianos estão lutando pelo mundo livre. Somos uma superpotência. Devemos agir como tal".

Desdobrando-se em torno das valas comuns e cidades destruídas da Ucrânia está uma nova "guerra eterna" do tipo que Biden prometeu acabar. A julgar por seus últimos comentários, Vladimir Putin não cessará fogo tão cedo.

O presidente dos Estados Unidos precisa de uma estratégia com opções abertas. Primeiro, ele deve parar de garantir ingenuamente a Putin que os aliados não intervirão em nenhuma circunstância. O ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair, que sabe um bocado sobre invasões, gentilmente o repreendeu nesse ponto. "É sensato dizer a Putin antecipadamente que, não importa o que ele faça militarmente, descartaremos qualquer espécie de resposta militar?" Foi uma "tática estranha", escreveu Blair. Alguns ministros britânicos supostamente compartilham sua preocupação.

A liderança dos EUA tem sido reativa e tática

"Não provocar Putin" é o mais próximo que as potências ocidentais chegaram de uma declaração de missão. Só os Estados Unidos fornecem, no entanto, 2 bilhões de dólares em ajuda militar. As armas antitanque britânicas cobram um preço terrível.

A Rússia visa comboios de armas ocidentais, bombardeou um posto de preparação perto da fronteira polonesa e enviou duas vezes drones militares para países vizinhos integrantes da Otan. Goste ou não, as provocações mútuas se multiplicam descontroladamente.

Biden diz que Putin é um "criminoso de guerra". Então, agora vai tentar prendê-lo? Os Estados Unidos vão aderir ao Tribunal Penal Internacional apoiado pela ONU, onde crimes de guerra são julgados? Não aposte nisso.

Ao deixar a Ucrânia a lutar sozinha, Biden corre o risco de confirmar a antiga visão da esquerda europeia de que a Otan é, principalmente, uma defesa avançada dos Estados Unidos, não um reforço à segurança da Europa ou a proteção do direito internacional. Jens Stoltenberg, secretário-geral da organização, certamente discordaria dessa afirmação. "A Otan não vai tolerar nenhum ataque à soberania aliada", declarou.

Ótimo. Então, qual é o plano, Jens?

E a chacina ao lado? A Otan liderada pelos EUA não é uma aliança puramente defensiva. As forças da organização lutaram no Afeganistão durante 20 anos. Elas bombardearam a Sérvia no conflito do Kosovo. Um pouco mais de imaginação em Washington e Bruxelas sobre o que pode ser militarmente possível, sem desencadear a Terceira Guerra Mundial, poderia ajudar muito na Ucrânia.

É injusto culpar apenas a liderança fraca dos Estados Unidos. A Otan tem 30 países, principalmente europeus. Apesar do discurso de Biden sobre uma unidade sem

precedentes, as rachaduras aparecem. Os países da Europa Oriental, notadamente a Polônia e as três repúblicas bálticas, querem que a Otan e a UE adotem uma postura militar e de sanções mais robusta. Eles também apoiam a adesão da Ucrânia à União Europeia. Alemanha, Itália, Hungria, Grécia e outros se opõem.

Quando os primeiros-ministros da Polônia, da República Tcheca e da Eslovênia viajaram a Kiev para se reunir com Zelenski, Bruxelas apressou-se a deixar claro que não era uma delegação da UE, novamente por medo de provocar Putin. Quando Jaroslaw Kaczynski, o líder polonês, sugeriu uma "missão de paz" armada dentro da Ucrânia, foi repreendido.

Então, qual é o plano, Olaf? O chanceler Olaf Scholz, primeiro-ministro da Alemanha, o país mais poderoso da Europa, aumentou enormemente os gastos com defesa nacional e suspendeu um gasoduto russo. Mas ele rejeita o pedido da Ucrânia por um embargo energético imediato e total e bloqueia ou adia sanções adicionais. Zelenski criticou o histórico da Alemanha, acusando-a de priorizar os interesses econômicos sobre a segurança europeia.

Essas divisões cada vez maiores poderão resultar em uma cúpula da UE explosiva. Acontecerá paralelamente à reunião da Otan. O presidente francês, Emmanuel Macron, está firme no lado alemão. A gigante petrolífera francesa Total, por exemplo, atua como de costume na Rússia. As tensões internas da UE certamente aumentarão à medida que a guerra se arrastar em meio à "fadiga das sanções".

Depois de chamar Putin de "criminoso de guerra", o que fará o democrata?

SAUL LOEB/AFP

Já que Biden, a Otan e os europeus não têm uma estratégia de longo prazo acordada para salvar a Ucrânia, poderia ser esse o grande momento da "Grã-Bretanha global"?

Qual é o plano, Boris?

Ah, ele também não tem. Como de costume, o ato de tributo a Churchill da Grã-Bretanha é abraçar Washington com força, independentemente do que ele possa pensar em particular sobre a liderança de Biden. Sua Força Expedicionária Conjunta do Reino Unido tem um cheiro infeliz de Dunquerque. Orientado pelos Estados Unidos, Boris Johnson foi à Arábia Saudita em busca de petróleo barato e foi ritualmente humilhado por outro assassino em massa. Longe de monitorar a disputa, a Grã-Bretanha, como as coisas estão, nem estará na sala quando a Europa avaliar sua maior crise de segurança e de refugiados desde 1945. Quem teria pensado que o Brexit poderia piorar a situação dos ucranianos? Mas piorou.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

O paradoxo chinês

The Observer Com dificuldades para manter a política de "Covid Zero", a China volta a confinar 37 milhões de habitantes

POR HELEN DAVIDSON, EM TAIPÉ (TAIWAN)

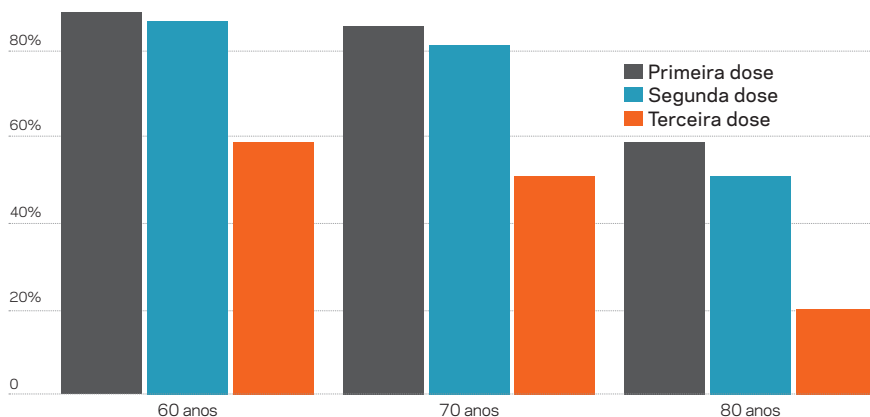
Quando os bairros vizinhos entraram em confinamento, Liu Li começou a fazer estoque. A funcionária de uma revista chinesa de 42 anos comprou vegetais, frutas, remédios e outros suprimentos, aumentando as reservas de produtos básicos que mantinha desde o início da pandemia. No domingo 13, uma moradora da comunidade onde Liu vive com a mãe, em Changchun, na província de Jilin, oeste da China, testou positivo. Todos receberam ordem para ficar em casa.

O novo bloqueio, até agora, tem sido bom. "Levo uma vida normal", diz ela. "Trabalho quando há tarefas para mim. Se não houver, converso com minha mãe, assisto tevê ou brinco com meu gato." Liu tem mais sorte que alguns: ela trabalha em casa e estava bem preparada. Mas também há um risco. Sua mãe sofre de câncer e não foi vacinada. Elas estão hoje entre os 37 milhões de pessoas em quarentena na China, enquanto as autoridades combatem o maior surto da pandemia no país.

A China conteve com sucesso cada um dos surtos anteriores, por meio de uma reação com muitos recursos, incluindo testes em massa, paralisações de transportes e bloqueios localizados. Porém, desta vez, a Ômicron – variante mais branda, mas muito mais contagiosa – desafiou as antigas estratégias. Na sexta-feira 18, 4.130 casos confirmados e assintomáticos foram registrados em mais de 20 províncias chinesas, incluindo 2.626 em Jilin. No dia seguinte, foram contabilizadas na região as duas primeiras mortes por Covid-19 no país em mais de um ano. Segundo previsões da Universidade de Lanzhou, 35 mil pessoas vão contrair o vírus até o início de abril, se ele não for contido.

A mídia estatal diz que 95% dos casos são leves, mas uma grande preocupação é que cerca de 17 milhões de pes-

MAIS VELHOS, MENOS PROTEGIDOS

Taxa de vacinação na China por faixa de idade

Fonte: Comitê Nacional de Saúde da China

soas com mais de 80 anos, aproximadamente, a metade dessa faixa etária, ainda não estão totalmente vacinadas, segundo uma análise de dados de vacina e população. Apenas 19,7% tiveram um reforço, disseram autoridades de saúde na sexta-feira 18. Elas estão entre os cerca de 52 milhões de indivíduos com mais de 60 anos (19%) que não foram vacinados.

Ao contrário de muitos outros países onde os profissionais de saúde geralmente incentivaram a vacinação, na China muitos dos que não foram imunizados dizem estar seguindo o conselho de seus médicos. "Como ela é uma paciente com câncer e foi submetida a duas operações, não pode ser vacinada", afirma Liu. "O médico sugeriu que isso fosse decidido conforme a nossa condição física e o ambiente em que vivemos."

Um cidadão na rede social chinesa Weibo fez um relato semelhante: "Minha mãe tem muitas síndromes, então ela não pode ser vacinada. Fomos ao hospital três vezes e eles não a vacinaram, então desistimos". O medo de reações adversas é um motivo comum entre idosos não vacinados. "Meu sogro e minha sogra têm pressão alta, por isso não ousaram ser vacinados", comentou outro usuário no Weibo.

Como o risco de infecção era perto de zero, muitos chineses passaram a recusar as vacinas

STR/AFP

Perigo Quase um quinto dos idosos não foi vacinado. Na faixa dos 80 anos, metade não tem o ciclo completo

Em vez disso, Liu tomou outras precauções para proteger sua mãe. Antes do último bloqueio, ela não saía muito, mas, quando o fazia, evitava multidões e usava máscara. "Contanto que eu tome mais cuidado na vida diária, as coisas vão ficar bem."

As baixas taxas de vacinação nesse grupo demográfico vulnerável também

surgiram em Hong Kong – onde idosos não vacinados aparecem de modo desproporcional entre os doentes e os mortos – e Taiwan, que está correndo para convencer seus moradores a tomarem a vacina antes do surto.

O professor Chi Chun-huei, diretor do Centro para Saúde Global na Universidade do Oregon (EUA), chama a hesitação de "paradoxo da política de Covid Zero". "Quando havia um período prolongado sem qualquer surto doméstico, o risco de infecção era próximo de zero", afirmou ao *Observer*. "Quando as pessoas na China avaliam o benefício *versus* os riscos da vacinação contra a Covid, o benefício percebido é quase zero, enquanto os riscos percebidos (de efeitos colaterais e complicações) são relativamente altos."

Um estudo de novembro de 2021 sobre a hesitação relativa a vacinas na China também listou o preço como uma das três principais preocupações, apesar de o governo ter anunciado, em janeiro de 2021, que seria gratuita. "Ou a vacinação gratuita não era completamente universal ou o programa gratuito não foi bem comunicado ao público", diz Chi.

Alguns moradores se cansaram das interrupções na vida causadas pela política de "dinâmica zero" para combater os surtos. Na sexta-feira 18, viralizaram gravações de trabalhadores vestidos com equipamento de proteção lutando com moradores em um estacionamento. *Online*, as pessoas criticaram Shenzhen, Xangai e Hong Kong por menosprezarem outras províncias com políticas menos restritivas.

Um bloqueio de um mês em 30% da China poderia fazer o PIB cair 1 ponto, estima o Goldman Sachs

O governo continua comprometido com a política, mas há sinais de preocupação de que o custo esteja se tornando intoleravelmente alto. Na semana passada, o Goldman Sachs estimou que um bloqueio de um mês de 30% da China poderia fazer o PIB cair 1 ponto porcentual. Em uma reunião a portas fechadas do Comitê Permanente do Politburo, na quinta-feira 17, o líder chinês, Xi Jinping, pareceu reconhecer o preço

Efeito colateral. Os testes em massa e a rigidez no confinamento contrastam com a falta de zelo na imunização

LI BO/XINHUA/AFP E ZHANG YANG/XINHUA/AFP

das políticas quando exigiu que a China se esforçasse para "o máximo de prevenção e controle ao menor custo e minimizar o impacto da epidemia sobre o desenvolvimento econômico e social".

É mais fácil falar do que fazer. Há indícios de que as autoridades reconheceram que este surto foi diferente. Pela primeira vez, a China aprovou o uso de testes rápidos de antígeno feitos em casa e acrescentou o uso de pílulas antivirais da Pfizer às diretrizes da pandemia. Declarou ainda o fim da internação obrigatória dos pacientes com Covid e vai enviar casos assintomáticos e leves para instalações de isolamento centralizadas.

No centro de tecnologia de Shenzhen, a Foxconn, fornecedora da Apple, foi uma das empresas que voltaram a funcionar alguns dias após o bloqueio de toda a cidade, adotando um sistema de "circuito fechado" semelhante ao que funcionou durante os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim para minimizar a disfunção econômica.

Chi Chun-huei avalia, porém, ser improvável que abandonem a "dinâmica zero" tão cedo. Dezenas de funcionários locais foram demitidos ou punidos por causa do surto. O governo de Hong Kong atraiu a ira de Pequim pelo manejo incorreto do surto da variante Ômicron, que as autoridades de saúde estimam que infectou cerca de metade da população. "A legitimidade política do Partido Comunista Chinês depende de sua capacidade de oferecer aos chineses uma vida estável e segura, para a qual conter a infecção por Covid-19 é fundamental."

O surto colocou a China numa encruzilhada. Se a contenção não funcionar, o número de casos entre uma população de 1,4 bilhão de pessoas será enorme, e os analistas preveem grandes perturbações na economia e na cadeia de suprimentos global. Se a contenção funcionar, surge a pergunta: o que virá depois? As estratégias de "Covid Zero" dependem de fronteiras fechadas e viagens fortemente restritas, e a doença estará no mundo num futuro previsível. Quando a China reabrirá?

O professor Antoine Flahault, diretor do Instituto de Saúde Global da Universidade de Genebra, afirma que a Ômicron levou a "dinâmica zero" a não ser mais uma opção eficaz ou sustentável, citando o impacto econômico dos bloqueios que também parecem cada vez mais desproporcionais para pessoas que sofrem de Covid leve.

Chi espera que a China contenha o surto, mas sugere que a disseminação contínua em um ambiente bem preparado pode não ser a pior coisa, uma vez que estudos recentes disseram que a imunidade natural oferece proteção mais forte do que as vacinas. "A variante Ômicron, com alto grau de contágio e baixa gravidade/fatalidade, é uma boa candidata para alcançar essa forte imunidade da população", diz Chi.

Por enquanto, Liu Li está confortável em seu bloqueio, mas sugere que vê o futuro imaginado por Antoine Flahault. Ela está confiante em que a China vencerá o surto, por meio das medidas atuais e com maior imunidade e melhores opções de tratamento. "Não estou preocupada. Ao contrário, acho que as coisas vão melhorar." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Tudo se copia?

MÚSICA As acusações de plágio viram rotina na indústria do entretenimento e colocam em xeque o conceito de autoria

POR SÉRGIO MARTINS

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 63
Livro. A história do tabloide *O Pasquim* resgata um tempo de muita irreverência

A ação contra Ed Sheeran envolve direitos na casa dos 6 milhões de dólares anuais

Acostumado a enfrentar grandes plateias em estádios e ginásios, o cantor inglês Ed Sheeran tem se visto obrigado a encarar outro tipo de *tête-à-tête*: com advogados, musicólogos e juízes da corte inglesa. É que Sheeran tem sido continuamente acusado de plágio por parte de diferentes compositores.

O último processo foi movido por Sami Switch, que escutou similaridades excessivas entre a sua *Oh Why*, de 2015, e *The Shape of You*, composição que o cantor inglês lançou dois anos depois. O imbróglio jurídico torna-se ainda mais chamativo quando se conhecem os números impressionantes em torno da canção.

The Shape of You tem cerca de 3 bilhões de *streams* no Spotify e rende a Sheeran e aos coautores Steven McCutcheon e Johnny McDaid mais de 6 milhões de dólares por ano em direitos autorais – embora 10% disso esteja congelado por causa do processo movido por Switch.

Sheeran e sua *Shape of You* não estão sozinhos nas cortes mundiais. Há pouco tempo, a cantora Katy Perry venceu um processo movido oito anos atrás por Flame, um artista de *rap* cristão que identificou algumas similaridades na batida e nas melodias de sua *Joyful Nois* em *Dark Horse*, *hit* da cantora. O compositor pediu 2,8 milhões de dólares pela, digamos, apropriação indébita.

No dia 11 de março, Katy comemorou a vitória durante uma apresentação em Las Vegas. Ela cantou *Dark Horse*, mas trocou os versos *Que fique bem claro: antes de desistir de mim...* por *Que fique bem claro: antes de você me processar...* E ainda emendou um palavrão.

Similaridades. Ed Sheeran foi parar no tribunal por causa do *hit The Shape of You*. Em um *show* recente, Katy Perry comemorou sua vitória na justiça

Levitating, da cantora Dua Lipa, não sofreu um, mas dois processos de plágio. O primeiro partiu da dupla de compositores L. Russell Brown e Sandy Linzer, que a acusaram de surrupiar a melodia inicial das canções *Wiggle and Giggle All Night* e *Don Diablo*, gravadas, respectivamente, em 1979 e 1980. Posteriormente, o grupo de *reggae* Artikal Sound System entrou com uma ação judicial ao notar que o refrão do sucesso de Lipa traz semelhanças gritantes com *Live Your Life*, de 2017.

Uma frase atribuída a Igor Stravinski professa que "o bom artista copia, o gênio rouba". O compositor, de fato, utilizou muito do cancioneiro folclórico russo em suas criações – entre elas *A Sagração da Primavera*, que remete aos cânticos que escutou na juventude. Esse mesmo recurso foi usado por George Gershwin em *Porgy & Bess*, ópera embalada pelo *jazz* e influenciada pelas músicas que ele ouviu nas missas das igrejas frequentadas pelos negros do Sul do país.

Mas o que acontece quando, em vez de servir como inspiração ou como ponto de partida, melodias e refrãos são copiados de modo descarado? "É algo que tenho observado com frequência", diz Dudu Borges, produtor de artistas como Luan Santana, Michel Teló, Fábio Jr. e Pedro Mariano. "A junção da falta de criatividade com a pressa de atingir o sucesso faz com que se criem caminhos que passam longe do correto. Estamos numa época em que cada um inventa a sua verdade e sua lei."

O nome plágio vem do latim *plagium*, que caracteriza a ação de roubar uma pessoa. Em termos musicais, o plágio está configurado quando uma música possuiu oito compassos semelhantes a outra canção. Foi assim que o Beatle George Harrison caiu nas malhas da Justiça, em 1971. O sucesso *My Sweet Lord* foi processado pela editora que cuidava dos direitos autorais de *He's So Fine*, do grupo Chiffons. Harrison perdeu o processo, que entrou para a história como um "plágio involuntário". Explicando melhor: ele teria escutado a melodia, que ficou em sua cabeça e se tornou *My Sweet Lord*. É o mesmo caso de *Yesterday*, de Paul McCartney, que teria nascido de uma antiga composição irlandesa que ele escutou na infância – nesse caso, não houve processo.

Nos novos tempos musicais, muitas dessas apropriações vão além da melodia. *Blurred Lines*, sucesso de 2013 do cantor Robin Thicke, do produtor Pharrell Williams e do compositor T.I., teria se apossado do "clima" de *Got to Give Up*, clássico do repertório de Marvin Gaye. Embora a melodia não seja semelhante, a causa, de 5 milhões de dólares, foi decidida em favor da editora do ex-astro da Motown e criou uma jurisprudência no direito autoral.

O caso de *Blurred Lines* ilustra as diferenças do processo criativo na música *pop*. A melodia era o ponto de partida das canções das décadas de 1960, 1970 e 1980. Dos anos 1990 em diante, com o aprimoramento da parafernália eletrônica, os métodos e as referências de criação mudaram. "Há novos elementos na música *pop* atual: muitos *hits* são construídos a partir de uma batida. E, quando falo em batida, estou me referindo aos elementos rítmicos presentes na música, que variam

BEN STANSALL/AFP E REDES SOCIAIS

Ser ou não ser. No Brasil, o DJ Alok (*à esq.*) é acusado por Kevin Brauer (*à dir.*) e seu parceiro de ter se apropriado, de maneira indevida, de composições criadas pela dupla

muito entre si, até dentro de um mesmo rótulo ou estilo musical", pontua o produtor Otávio de Moraes, que atuou como diretor musical da dupla Sandy & Júnior. "Hoje, o plágio, certamente, passa pela análise da batida associada aos timbres e sonoridades."

Outro elemento que deve ser levado em consideração é que uma simples canção *pop* chega a ter oito, nove colaboradores, que unem trechos de batidas e melodias até formar uma música de sucesso. *Levitating*, por exemplo, possui quatro autores, além de um produtor. Durante o processo, é bem possível que algum desses autores tenha buscado inspiração em outros sucessos. "A música é tratada como a indústria da alimentação nos anos 1960 e 1970, quando se glorificava a comida processada. Usar essa metodologia de forma contínua gera um esgotamento", diz o produtor João Marcello Bôscoli.

O Brasil possui alguns casos de repercussão internacional. Em 1978, Jorge Ben entrou com um processo contra Rod Stewart quando o *pop star* transformou sua *Taj Mahal* em *Do Ya Think I'm Sexy* – que, recentemente, viralizou em dancinha do TikTok. Os *royalties* da canção foram revertidos para o Unicef.

O compositor Toninho das Geraes viu semelhanças incríveis de sua *Mulheres*, sucesso na voz de Martinho da Vila em 1995, com *A Million Years Ago*, gravada duas décadas depois por Adele, e diz querer entrar na Justiça. Mais recentemente, o DJ Alok sofreu um processo que vai além do plágio. Ele é acusado de ter utilizado composições da dupla de produtores Sevenn e tê-las assinado como se fossem suas. E isso é bem mais corriqueiro do que se possa pensar.

Sean e Kevin Brauer, os Sevenn, são o que se chama de *ghost-producer*, alguém que cria composições a serem assinadas por terceiros, por uma quantia específica. O que os produtores alegam, nesse caso específico, é que não receberam pelo trabalho. Alok nega a exploração em suas redes sociais.

No *pop* atual, as semelhanças estão muitas vezes nos elementos rítmicos e não nas melodias

Nesse nebuloso universo do plágio, uma coisa é clara: fracassos não geram processos. O produtor Guy Chambers e o cantor Robbie Williams foram parar nos tribunais porque *Jesus in a Camper Van*, de 1998, trazia similaridades com a letra de *I Am the Way*, composição de 1961 do astro *folk* Woody Guthrie. Eles foram obrigados a ceder parte dos *royalties* para a editora.

Em 2013, a MC Brunninha e sua mãe, Janne Lopes, alegaram que a melodia *O Show das Poderosas*, de Anitta, era, na verdade, *Corpo de Mola: Você Vai Pirar*, que a MC cantou num programa de televisão – e que jamais foi gravada. O caso foi à Justiça, que deu ganho de causa para Anitta.

A pendenga de Ed Sheeran, por sua vez, promete estender-se. Até agora, as partes não chegaram a um acordo sobre o que seria ou não plágio. Mas, pela atenção que tem recebido e pelos valores que mobiliza, essa ação, pode, futuramente, servir de parâmetro para outras do gênero. •

RITA VON HUNTY

Marcas da exaustão

▶ Não é de se espantar que tenhamos o menor número de jovens aptos a votar da história. Nosso horizonte de lutas foi cruelmente rebaixado

Há uma piada que costuma ser feita pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek quando ele retoma a conhecida décima primeira tese de Karl Marx sobre Feuerbach. Marx escreveu: "Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo". Žižek, por sua vez, diz: "Tentamos mudar o mundo de diferentes maneiras; o que importa agora é reinterpretá-lo".

Pode parecer uma brincadeira, mas, para quem atravessa um cenário de crise global, com atrocidades contra a humanidade em uma série de países, invasões de territórios e assassinatos de civis, não é. Tentar interpretar o mundo ao mesmo tempo que se vivencia a transformação no protagonismo do poder é uma tarefa ingrata e exaustiva.

Somam-se a esse cenário a iminente crise climática, o agravamento das lógicas de exploração centro-periferia e o cenário de terra arrasada que a gestão bolsonarista deixará para o País. O último escândalo nesse sentido foi a divulgação de um áudio no qual Milton Ribeiro (o quarto ministro da Educação desta gestão estapafúrdia) admite que o governo federal prioriza a liberação e negociação de verbas para os amigos do pastor Gilmar, a pedido de Jair Bolsonaro. O prefeito de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga (PSDB), reportou o pedido de propina de 1 quilo de ouro, por parte do pastor.

Em minha última coluna publicada em *CartaCapital*, refleti um pouco sobre o sentimento de "desencanto" com o mundo, pensado por Max Webber, e a postura de combate da desesperança, encabeçada por uma série de intelectuais que pensam na política dos comuns e nas estratégias de reencantamento do mundo através da luta política. Entre eles, estão Silvia Federci e Michael Löwy. Confesso que luto mais no intento de comunicar e organizar esperança do que propriamente refletindo o meu espírito na época.

Agora, diante da data de entrega de um novo texto, penso: como é possível que eu comunique esperança a quem me lê, se o nosso horizonte está tão rebaixado? Dentre outras coisas, refiro-me ao grotesco teatro da política eleitoral no Brasil. A mais nova obscenidade é que agora devemos encarar Geraldo Alckmin como um socialista, oficialmente filiado ao PSB, o Partido "Socialista" Brasileiro, que conta com a presença de *grandiosos quadros* rigorosamente socialistas como Tabata Amaral, João Henrique Campos.

A gestão do ex-tucano que governou o estado de São Paulo por mais de 20 anos foi uma das que mais violentaram profissionais da educação – inclusive fisicamente, durante passeatas. Esse grupo de políticos também trabalha incansavelmente para o afogamento da classe trabalhadora, por meio de reformas neoliberais que a empobrecem, do desmonte da educação pública, do desaparecimento de verbas e da máquina de matar do Estado, especialmente cruel com a população jovem, preta, masculina e periférica. Falar qualquer coisa agora soa, na melhor das hipóteses, inútil.

A possível chapa Lula-Alckmin apresenta, de forma mais que declarada, o que muitos de nós comunicamos há tempos: não há diferença substancial entre esquerda e direita na gestão da política institucional no Brasil. E, rasgados pela verdade nua – e cortante –, o que os nossos olhos devem fazer? Vista grossa? Bradar à juventude que regularize sua situação eleitoral para votar em quem governará contra seus interesses? Não é de se espantar que tenhamos o menor número da juventude apta a votar da história. Com que consciência poderíamos adjetivar como "errada" tal atitude? É com imenso pesar que olho para o rebaixamento dos horizontes das nossas lutas no nosso tempo.

Antes de começar esta coluna, estava lendo uma matéria que falava sobre como a geração Y (da qual faço parte) e a geração Z são conhecidas como as "gerações deprimidas", por enfrentarem uma carga sem precedentes de preocupações globais, fobias e transtornos sociais e frustrações pessoais e econômicas. Depois consultei de novo os preços da cesta básica, da gasolina, do gás de cozinha, da energia elétrica, do aluguel e o valor do salário mínimo, as taxas de desemprego e os índices de violência.

Seria hipocrisia querer dizer qualquer coisa diferente do que sempre tenho dito por aqui: que a tristeza nos radicalize. Que o rebaixamento abominável do nosso horizonte de lutas possa produzir um desejo radical por uma outra coisa, em outra direção. Seguimos. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

A coreografia da diversidade

DANÇA Lia Rodrigues, há 20 anos sediada na Maré, ocupa o palco com cobertores que remetem à população de rua

POR ANA PAULA SOUSA

Há 20 anos, a coreógrafa Lia Rodrigues transferiu a sede de sua companhia para o Complexo da Maré, um conjunto de 16 favelas localizado na região central da cidade do Rio de Janeiro. O impulso para essa mudança, costuma dizer ela, veio de um desconforto que o mundo da dança contemporânea lhe causava. "Para quem eu faço dança?", tinha passado a se perguntar.

Quem vê *Encantado*, espetáculo que estreou em dezembro do ano passado, em Paris, fez uma temporada pela Europa e é agora apresentado no Brasil, no Sesc Pinheiros, em São Paulo, entende a pergunta e intui a resposta.

No palco, há, entre os 11 bailarinos, corpos gordos, magros, brancos, negros e trans. Há ainda dezenas de cobertores que remetem à população de rua. E há, por fim, na trilha sonora, trechos de músicas do povo Guarani Mbya – as mesmas entoadas durante a marcha de povos indígenas, realizada em Brasília, em 2021.

"A questão da diversidade, também por estarmos na Maré, sempre foi presente no grupo. Mas, sim, hoje a companhia é muito mais diversa do que já foi", diz a coreógrafa, olhando para trás no tempo. Lia relembra, nesse momento da conversa, o encontro com Eliana Sousa Silva, a fundadora das Redes da Maré, que a transformou para sempre. "Até aquele momento, eu sabia que tinha de fazer alguma coisa, como artista cidadã. Mas não sabia o quê", conta.

Lia nasceu em São Paulo, em uma família de classe média, cursou História na Universidade de São Paulo – sem ter chegado a concluir a faculdade – e formou-se em balé clássico. No início dos anos 1980, foi para a França e, ao voltar, instalou-se no Rio. Foi no Rio que, no início dos anos 1990, criou a própria companhia e depois um reconhecido festival, o Panorama.

Sua carreira ia bem, mas, ao olhar para a cidade e para o País, Lia passou a sentir um desejo cada vez maior de compartilhar com mais gente aquilo que fazia. "O Brasil é um país desigual e racista e a arte não escapa disso", diz, pontuando os limites da arte para, na sequência, demonstrar seu encantamento com as possibilidades que essa mesma arte carrega.

> "Precisamos, cada vez mais, de uma escuta radical das vozes consideradas periféricas", afirma

Desde 2003, é na Associação Redes de Desenvolvimento da Maré, a Redes da Maré, que ela descobre essas possibilidades. A Rede tem cinco eixos de atuação: educação, comunicação, desenvolvimento territorial, segurança pública e arte e cultura. A Lia Rodrigues Companhia de Danças insere-se nesse último eixo e ocupa um galpão de 1,2 mil metros quadrados que, quando foi descoberto por ela e por Eliana, estava completamente abandonado.

Foi nesse espaço que nasceu *Encantado*. E a diferença, em relação aos demais espetáculos da companhia, é que esse foi gestado durante a pandemia. "Um jornalista me pediu, recentemente, a sinopse. Mas eu não sei qual é a sinopse. Eu só sei contar como o espetáculo foi criado", diz, antes de iniciar o relato.

Encantado foi criado ao longo de nove meses de 2021, no Centro de Artes da Maré. Nesse mesmo espaço, tinham lugar, no período, as ações da campanha Maré Diz Não ao Coronavírus, que incluía doações, e campanhas de vacinação e testagem. "Os dois palcos eram totalmente ocupados por cestas de doações. Havia um entra e sai de caminhões, e a gente ficava ensaiando separados por uma cortininha", conta ela.

Quando começou a chover lá dentro, a Redes resolveu dar início a outra campanha, essa para trocar o teto da sede e colocar um painel de energia solar. Assim como as outras, também essa foi um sucesso. Ao longo de todo o processo de construção de *Encantado*, Lia devorava livros para entrar "em estado de criação" e ia, como sempre, deixando o real impregnar corpos e espíritos.

A imagem que, criativamente, inaugurou o espetáculo foi aquela que, após a pandemia, tornou-se ainda mais presente no cotidiano dos brasileiros: a de uma pessoa em situação de rua envolta em um cober-

STEPHANE DE SAKUTIN/AFP E SAMMI LANDWEER

Território. *Encantado*, que estreia no Brasil após uma temporada europeia, foi gestado no mesmo galpão onde chegavam as doações para o enfrentamento da pandemia na comunidade

tor, com o corpo posicionado de tal forma que não parecia necessariamente humano.

Lia pegou então um cobertor usado no espetáculo anterior, *Fúria*, e o jogou em cena, para ser trabalhado pelos bailarinos. Conforme o grupo foi se descobrindo com aquele pedaço de tecido, outros cobertores chegaram. Muitos foram comprados no Mercadão de Madureira, autodeclarado "o maior mercado popular do Brasil". "Fui comprando", diz, ganhando um ar maroto. "Eram muito baratos e coloridos. Muitos desses cobertores são de fato adquiridos por ONGs." Em *Encantado*, 140 cobertores estão em cena.

Há pelo menos cinco anos, a companhia é praticamente 100% financiada por instituições europeias. "A relação de apoios é uma lista desse tamanho", diz, afastando as mãos, uma para o alto, outra para baixo. Há desde teatros e instituições que financiam suas criações até aqueles que compram os espetáculos depois de prontos.

"Comecei a dançar com 17 anos, e hoje tenho 66. Não penso muito sobre isso, porque é tempo demais. Mas há uma história e uma construção que me possibilitam ter esses apoios", pondera. "Hoje, eu entendo que toda parceria é uma construção no tempo."

Sua grande e definitiva parceria é, porém, essa com a Redes da Maré. "Para mim, faz muito sentido eu ser artista nesse território. É um lugar que me afeta e que é afetado por mim", afirma. Perto do fim da conversa, a coreógrafa, que se diz adepta do verbo "esperançar", deixa uma pista do que vê, ou sonha, para o futuro: "Precisamos, cada vez mais, de uma escuta radical das vozes consideradas periféricas". •

Memórias da irreverência

JORNALISMO Um livro revisita a trajetória de *O Pasquim*, semanário bairrista, machista, politicamente incorreto e... inesquecível

POR ERIC NEPOMUCENO

O jornalista gaúcho Márcio Pinheiro tinha 2 anos de vida quando o primeiro número de *O Pasquim* chegou às bancas e fez uma revolução na imprensa brasileira. E uns 15 quando começou a ler regularmente o semanário irreverente, que comprava nas bancas. Até então lia de quando em vez, já que seus pais eram leitores permanentes.

Diz que *O Pasquim* foi fundamental para que ele, em 1986, se decidisse pela carreira de jornalista. E conta que se dedicou em tempo integral durante três meses, mais um para conferir e confirmar dados, até concluir o material que pensava publicar em 2019, quando *O Pasquim* cumpriria meio século. E mais: conta que achou que o seu seria apenas mais um livro entre outros que celebrariam a data.

Que nada. Não apenas nenhum livro apareceu, como ele precisou peregrinar durante outros três anos até a Matrix publicar o que agora chega às livrarias, com o título de *Rato de Redação – Sig e a História do Pasquim*.

Sig, para quem não sabe, era um desenho especialmente criativo feito por Jaguar, e assim batizado em homenagem a Sigmund Freud. Suas tiradas resumiam à perfeição o espírito que guiava o semanário: irreverência, criatividade, liberdade absoluta de expressão (e isso, debaixo de uma ditadura feroz que censurava tudo), uma linguagem coloquial e debochada.

A ideia era simples: todo jornalista gostaria de ser dono de um jornal e não precisar obedecer ao patrão. Com esse espírito, um grupo que reunia o glacê do bolo da época – de Henfil a Ivan Lessa, de Paulo Francis a Jaguar, de Ziraldo a Sérgio Augusto, passando por Sérgio Cabral, Millôr Fernandes e Martha Alencar, todos comandados por Tarso de Castro – resolveu criar o próprio jornal. E deu tão certo que, em seu período áureo, chegou a vender estonteantes 200 mil exemplares por semana, superando publicações de empresas de peso como, por exemplo, as revistas *Veja* e *Manchete*.

RATO DE REDAÇÃO - SIG E A HISTÓRIA DO PASQUIM.
Márcio Pinheiro. Matrix (192 págs., 44 reais).

MATRIX EDITORA

Ao longo de 188 páginas (mais duas de bibliografia), Márcio Pinheiro refaz, com minúcia de sacerdote asteca, toda a trajetória do semanário que revolucionou a linguagem jornalística da época.

Conta como o espírito de Ipanema, daquela Ipanema, impregnou-se nas páginas e delas se espalhou País afora. Ressalta que a maneira de fazer entrevistas fugia a toda norma existente: eram, na verdade, conversas soltas, regadas a uísque, o que fazia com que os entrevistados acabassem se mostrando de maneira aberta, algo absolutamente insólito.

Bairrista, provinciano, machista, politicamente incorreto como nunca antes se havia visto, *O Pasquim* passou por várias etapas e sobreviveu a quase todas, pelo menos até a retomada da democracia.

As mudanças de linha – e de prumo – se deram em razão de dissidências internas, que começaram com a defenestração de Tarso de Castro, o criativo jornalista gaúcho que imprimiu a primeira – e mais luminosa – fase do semanário. Vítima da censura cada vez mais rigorosa da ditadura, no fim de 1970, o jornal passou por uma verdadeira varredura. Com quatro exceções (Martha Alencar, Henfil, Miguel Paiva e Millôr Fernandes), toda a redação foi presa, além de colaboradores mais assíduos, como o fotógrafo Paulo Garcez e o diretor de teatro Flávio Rangel. Até o diretor de publicidade, José Grossi, e o então contínuo Haroldo Zager foram parar no xilindró.

Como, na época, não se podia falar em prisão, correu País afora a notícia da "gripe" que durou mais de um mês. Nesse período, *O Pasquim* reuniu um

Nas bancas de revista. No período áureo, o tabloide chegou a vender 200 mil exemplares por semana. A partir de 1986, a publicação começou a fenecer

time extraordinário de colaboradores.

Conforme a ditadura militar, que durou de 1964 a 1985, ia arrefecendo, *O Pasquim* foi se tornando uma publicação cada vez mais política, sobretudo a partir de 1982, quando o País retomou as eleições diretas para governador e Assembleias Legislativas estaduais.

Ficaram para a história entrevistas como a de Leila Diniz, símbolo maior da Ipanema daquela época, ou do colunista social Ibrahim Sued, na primeira etapa do *Pasquim*. E, depois da anistia de 1979, com a volta dos exilados, foi nas páginas do tabloide que figuras como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Darcy Ribeiro e um mais que amaldiçoado Luís Carlos Prestes, símbolo máximo do Partido Comunista, encontraram espaço para expor suas visões do Brasil e do mundo.

E, ironias do destino, quando mais se consolidava a retomada da democracia, menos peso *O Pasquim* tinha entre seus leitores.

O semanário mais inventivo e mais desafiador do jornalismo brasileiro das últimas muitíssimas décadas foi fenecendo a partir de 1986. Graças à teimosia e à tenacidade de Jaguar, sobreviveu até 1991.

O País havia mudado, o Rio de Janeiro já não era o que tinha sido, e já não havia espaço para a publicação que revolucionou o seu tempo.

Haveria espaço, neste Brasil de hoje, para um novo *Pasquim*? Márcio Pinheiro é contundente: "Um outro *Pasquim*, igual ao *Pasquim*, seria impossível". O politicamente incorreto, uma de suas marcas, não seria aceito.

Mas, pensando bem, alguns dos ensinamentos do glorioso *Pasquim*, como recorda o próprio autor do livro, poderiam muito bem ser lembrados pelos profissionais da imprensa: audácia, criatividade, curiosidade e pluralismo. Ou seja, tudo que falta em nossos meios de comunicação, digo eu. •

O medo construído de forma sorrateira

FILME EM *A MULHER DE UM ESPIÃO*, KIYOSHI KUROSAWA ARMA UMA NARRATIVA APROPRIADA PARA ATRAIR QUEM NÃO GOSTA DE TERROR

POR CÁSSIO STARLING CARLOS

Kurosawa, o Akira, é até hoje sinônimo de cinema japonês. Outro Kurosawa, o Kiyoshi, é menos conhecido, apesar de filmar histórias mais conectadas com o que, por puro vício, ainda chamamos de realidade.

A Mulher de Um Espião, vencedor do prêmio de Melhor Direção no Festival de Veneza de 2020, chega aos cinemas brasileiros na quinta-feira 31 e é uma entrada mais convencional ao universo elaborado de Kurosawa.

Ambientado no período pré-Segunda Guerra Mundial, o drama histórico é protagonizado por um casal burguês de Kobe que desafia o poder crescente das forças fascistas.

Ela ironiza a imposição de roupas tradicionais às mulheres. Também não demonstra se preocupar com o que vão dizer ao convidar um colega da juventude para visitá-la, enquanto o marido está viajando.

Ele, por sua vez, é um empresário liberal que desafia o nacionalismo e o militarismo, mantendo relações com clientes ocidentais e protegendo um jovem pacifista.

Durante uma viagem de negócios à Manchúria, sob ocupação japonesa, o marido fica sabendo que o exército utilizou armas biológicas contra civis. A descoberta leva-o a tomar um rumo que o converte em traidor. Isso tudo enquanto a esposa suspeita que ele a trai.

A descrição assim, limitada à trama, elimina o aspecto mais fascinante do cinema de Kurosawa: a reflexão que o cineasta faz sobre as imagens, ou melhor, sobre como enxergamos o que os olhos veem.

Os filmes de Kurosawa são povoados por duplos, assombrações e espectros, elementos que fizeram dele um nome mais conhecido por fãs do cinema de terror.

A ficção fantástica deu ao cineasta liberdade para especular sobre a supressão da materialidade, a dependência crescente da tecnologia e sobre como isso nos tornou incapazes de distinguir fatos de ficções.

Embora não utilize os elementos sobrenaturais que consolidaram seu renome, Kurosawa constrói em *A Mulher de Um Espião* uma narrativa mais sorrateira, apropriada para atrair quem tem pavor de filmes de terror.

Ele contorna as obviedades do cinema histórico, evitando, por exemplo, retratar o fascismo por meio de cenas que visam provocar aversão moral ou choque. Há uma tortura, mas o filme não a exibe.

No lugar do terror, *A Mulher de Um Espião* espalha o medo na forma banal de suspeitas, duplicidades e traições. A imagem, aqui objetificada em um rolo de filme, pode revelar segredos tanto quanto esconder e trapacear.

No mundo dominado pela pós-verdade, não surpreende que as ficções escorregadias de Kurosawa tenham se tornado realistas. E isso não é pouco assustador. •

ZETA FILMES

O filme, que estreará nos cinemas, ganhou o prêmio de Melhor Direção no Festival de Veneza

Labatut nasceu na Holanda e é radicado no Chile

Os inventores e as invenções

LIVRO EM ROMANCE DE NÃO FICÇÃO, O ESCRITOR BENJAMÍN LABATUT INVESTIGA OS LIMITES ÉTICOS E MORAIS DA CIÊNCIA

POR ALYSSON OLIVEIRA

Em *Quando Deixamos de Entender o Mundo*, Benjamín Labatut desafia categorizações simples. É um romance? É um livro de ensaios? É tudo isso e mais um pouco, pois o escritor combina diversas técnicas em busca de uma forma nova de narrar a experiência histórica.

Labatut, nascido na Holanda e radicado no Chile, escreve em espanhol e, em sua construção narrativa, parte de fatos históricos e de figuras reais. Isso tudo é, porém, subvertido numa forma de narrar idêntica à de um romance. História e ficção se misturam, em um estilo que lembra tanto W. G. Sebald quanto Olga Tokarczuk.

Composto de cinco, digamos, capítulos, *Quando Deixamos...* transita no tempo e no espaço. Começa em Nuremberg, com o militar nazista Hermann Göring ao centro. Poucas páginas depois, centra-se na descoberta, ao acaso, do azul-da-prússia, primeiro pigmento sintético moderno que, como se saberia depois, uma vez misturado com ácido sulfúrico origina o cianureto, um gás altamente tóxico, usado, entre outros lugares, em Auschwitz.

Essa história é apenas parte do primeiro segmento. À medida que os capítulos avançam, "a quantidade de ficção aumenta", conforme diz o autor em uma nota. É quase irresistível não ir ao Google investigar o que é fato e o que é invenção.

QUANDO DEIXAMOS DE ENTENDER O MUNDO.

Benjamín Labatut. Tradução: Paloma Vidal (Todavia, 176 págs., 59,90 reais)

O que o autor faz, mais do que mostrar que parte das descobertas científicas acontece quase que acidentalmente, é investigar os paradoxos e os limites da ciência. Outro exemplo: o alemão Fritz Haber, Nobel de Química, descobriu a síntese de amoníaco em laboratório, permitindo o avanço da agricultura no começo do século XX. Mas ele é também chamado de "pai da guerra química", por ter desenvolvido técnicas de uso de gases tóxicos em trincheiras da Primeira Guerra Mundial, que queimavam a pele e as mucosas e matavam as vítimas lentamente, por asfixia.

Contando alguns episódios históricos e destacando figuras de maior ou menor peso, Labatut mostra o poder de sedução da ficção, onde tudo pode fazer sentido e nos convencer – mesmo que algumas partes tenham sido inventadas. Nesse sentido, o livro não deixa de figurar algo do presente. Nesse sentido, o livro não deixa de figurar algo do presente, e mostrar como uma *fake news,* que não passa de uma boa narrativa, pode enganar tantas pessoas. •

EDITORA TODAVIA

Intensidade exagerada

▶ O grande número de batidas de cabeça com cabeça, muitas vezes ocorridas entre companheiros do mesmo time, é preocupante

Tem causado muita preocupação o aumento da frequência de choques no futebol atual, cuja palavra de ordem é "intensidade". Me assustam, principalmente, os casos de cabeça com cabeça, muitas vezes ocorridos entre companheiros do mesmo time.

O último jogo do Botafogo contra o Fluminense, pelo Campeonato Carioca, na segunda-feira 21, foi uma maluquice. O primeiro tempo teve um desgaste impressionante, com uma correria desenfreada entre os jogadores. A tônica da marcação, por parte de ambos os times, provocou um número elevado de erros de passe, faltas e paralisações. O resultado? Pouco futebol.

Têm sido assim também as grandes decisões nos campeonatos pelo mundo, nos quais estão jogando os maiores talentos da contemporaneidade. Foi o caso da partida entre Real Madrid e Paris Saint-Germain, pela Liga dos Campeões, no início do mês. Não duvido que esta seja uma das razões que estejam levando o trio Messi, Neymar e Mbappé a ainda não ter conseguido falar a mesma língua.

Se trato desse tema é porque sabemos que os traumatismos diretos causam lesões importantes. Apesar da evolução dos recursos de tratamento, que são mesmo admiráveis e permitem a recuperação dos atletas em tempo breve, o risco continua existindo.

Nos esportes de maior contato, como o futebol americano – muito pior que o nosso –, os casos de concussão cerebral motivaram a criação de protocolos rigorosos. Sabe-se de atletas que tiveram sequelas incapacitantes. O boxe é outro exemplo gritante dos riscos implicados em pancadas na cabeça. Isso sem falar em algumas das lutas radicais "modernas". Não seria tempo de repensarmos a aceitação desse tipo de consequência de um esporte?

Este assunto me leva a outro, de natureza diversa, mas correlato. Amiúdam-se, no esporte, os casos de problemas de comportamento. São vários os esportistas com manifestações de estresse e depressão em um ambiente no qual, até não muito tempo, tudo parecia só deslumbramento.

No campo da saúde, uma boa notícia vem do craque Christian Eriksen, da seleção dinamarquesa. Em 2020, o jogador, de 29 anos, sofreu mal súbito durante uma partida contra a Finlândia, pela Eurocopa. Ele precisou passar por cirurgia, para colocar um desfibrilador interno, e passou vários meses afastado do esporte.

Tendo retornado aos campos no fim do ano passado, Eriksen foi agora anunciado como um dos 23 atletas escalados pelo técnico Kasper Hjulmand para a seleção do país, para os amistosos contra a Holanda e a Sérvia, marcados para o fim do mês. A Dinamarca já está classificada para a Copa 2022.

Por aqui, a Seleção brasileira volta a reunir-se para os dois últimos jogos das Eliminatórias. Embora a classificação tenha sido garantida com bastante antecedência, os comentaristas especializados e os próprios torcedores pela inconstância não demonstram tranquilidade em relação ao desempenho do time. O que os incomoda é, justamente, a "intensidade" que mencionei anteriormente.

Confesso, porém, que não me preocupo tanto. A esta altura, entendendo a "folga" alcançada pela classificação antecipada como uma boa oportunidade para Tite, o técnico, alterar a formação de um time-base, dando chances a alguns jovens que vêm se destacando em seus clubes. Pode ser verdade que o mais desejável seja escalar o time preferido, mas, dado o fato de que quase todos os convocados jogam fora do País, essa opção emperra no intenso calendário do futebol atual.

Outro ponto a ser observado é a confiança que Tite procura passar aos jogadores mais "cascudos" que o acompanham faz tempo. E a confiança e a lealdade, sabemos, são ingredientes essenciais para um bom time. O problema, obviamente, é que não cabem todos em um time. Vários jogadores têm sido relembrados e, na convocação final, alguém vai sobrar.

Philippe Coutinho é um exemplo claro de jogador nessa situação. Ele tem sido reconvocado e, no Aston Villa, seu clube atual, tem voltado a jogar bem.

A diferença da Copa deste ano é a mudança na data, que vai pegar os jogadores europeus no meio da temporada e não ao final dela. Os craques chegarão à Copa extenuados – e nessa condição se incluem os brasileiros.

As últimas notícias dão conta de que, no Catar, uma reunião entre dirigentes e técnicos decidirá, em breve, se será permitida a inscrição de 26 jogadores. Isso pode ser bom para Tite. Outro ponto favorável é o técnico saber que a Copa do Catar vai encerrar seu ciclo na Seleção. Isso tende a aumentar a sua tranquilidade. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

DIAGNÓSTICO
AS DOENÇAS CAUSADAS POR VERMES SÃO MAIS COMUNS EM LOCAIS QUE FALTAM, PRINCIPALMENTE, O BÁSICO EM SANEAMENTO E EDUCAÇÃO.